

452ª Reunião Ordinária do CONSEMA

00:01:52 Naiana Lanza: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, secretária Natália, Cristiano, Mayla, demais conselheiros e conselheiras e amigos que nos acompanham presencialmente e pela internet. Tendo sido verificado o quórum, a mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária n.º 452 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental. Informo que a transmissão ao vivo desta reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página @semilsp. A presente plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então aqui, em continuidade ao Expediente Preliminar, passamos à aprovação da ata da Reunião Ordinária n.º 451 do Plenário do CONSEMA, que foi distribuída junto a convocatória aos conselheiros e às conselheiras, razão pela qual eu peço ao Plenário que se dispense a leitura. Alguém tem algum comentário em relação a ata? Então seguimos. Então consideramos a ata aprovada, então, eu passo agora a palavra à senhora Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e também à presidente do conselho, a senhora Natália Resende, para suas comunicações e informes. Obrigada, secretária.

00:03:25 Natália Resende: Obrigada, Naiana. Bom dia. Última reunião do ano. Felicidade a gente estar aqui com vocês. Cumprimentar quem está aqui presente, quem está nos acompanhando também a distância. É sempre um prazer enorme fazer nossa reunião mensal. Hoje é a última do ano. Tenho certeza que vamos fechar bem o ano, com vários desafios e vários avanços também. Vou falar aqui de forma breve o briefing que vocês receberam já, a gente, semana passada ou semana retrasada, acredito que semana passada a gente foi lá na Estação Ecológica de Santa Bárbara para ver tudo o que o pessoal da Fundação Florestal e o nosso Instituto de Pesquisas Ambientais está fazendo com foco em restauração, em pesquisas científicas. Tive o prazer enorme de conhecer a Giselda, nossa pesquisadora, uma das 17 mais referenciadas no mundo. Importante, a gente falar, ter orgulho disso, e de tudo o que o pessoal vem desenvolvendo lá em Santa Bárbara, que a gente inclusive quer expandir, quer dar escala também para o Estado, quer mostrar o tanto que a gente é referência não só no Brasil, mas mundialmente também. É muito legal a gente ver a academia, a pesquisa junto de políticas públicas. Então, deixar aqui também, acho que o Nalon não está aqui, mas deixar, em seu nome também, os parabéns a todos os pesquisadores, ao IPA, enfim, tudo o que a gente vem fazendo em conjunto. Na semana passada a gente também fez o Município VerdeAzul, premiamos, qualificamos 91 municípios, certificamos 98. Aqui só os campeões dos primeiros lugares, Araraquara, cidades de médio porte, a capital com mais de 500 mil habitantes, Severínia, até 49 mil habitantes, São Roque até 100 mil habitantes, Vista Alegre do Alto, nas cidades de pequeno porte. Tem um informe bem importante da nossa Diretoria de Educação Ambiental, se quiser me complementar depois, mas a gente começou no sábado o Verão no Clima, foi a estreia da nossa edição 2025-2026, com muito sucesso. A gente fica muito feliz pela participação de todos. Até março que a gente vai fazer, e aí tem todo um cronograma, a gente chama todos a participarem para a gente conseguir promover educação ambiental, conscientização nas nossas praias, no nosso meio ambiente. A gente reforçou também o protagonismo ambiental na COP 30, o Acordo São Paulo Mais Verde e aí, deixando nossos agradecimentos aqui a nossa equipe da Diretoria de Proteção e Fiscalização também, a PGE tem nos ajudado muito. A gente já tem acordo de mais de 500 hectares e aplicação de 2 milhões de reais em multas. Isso também utilizando o Fina Clima, o mecanismo que a gente instituiu aqui na Secretaria para a gente conseguir dar mais escala, para a gente ter financiamento climático, olhando muito,

principalmente nesse primeiro momento em restauração, sobretudo ali no Pontal do Paranapanema e na região do Cantareira. A Fundação Florestal celebra cinco anos do programa Abelha Nativa. A gente também participou do Encontro Nacional sobre Economia Circular, Gestão de Resíduos, aqui em São Paulo. Lançamos junto com a Agricultura lá em Zacarias, o Guia Prático para Piscicultura no Verão. O IPA foi vencedor do 9º Prêmio Ação pela Água, com o programa Educa Trilho na Escola, deixar aqui também nossos parabéns de novo ao nosso Instituto de Pesquisas Ambientais, a gente tem muito orgulho. Já falei aqui do Verão do Clima. Também outro prêmio que a gente ganhou do Kezaf, o Kit de Paulista para Planejamento de Agroflorestas, muito legal. Parabéns também a toda a nossa equipe também, a parte de, na nossa Diretoria de Biodiversidade aqui, em nome da Patrícia também, que é muito importante a gente falar, o pessoal da USP, todo o trabalho que vem sendo feito de forma conjunta com a academia. A gente discutiu no nosso Conselho de Mudanças Climáticas, e aí trazendo um pouquinho sempre dessa interação que a gente quer fazer nos colegiados aqui, ações voltadas à resiliência das cidades paulistas. Também discutimos qualidade do ar, monitoramento ambiental, saneamento rural. A gente tem feito ao longo do Estado, no interior, principalmente, várias visitas para a questão do saneamento, do Universaliza. Fizemos cartilha, está lá no nosso site para explicar do que se trata o programa, porque que a gente tem olhado e visto e sempre estimulado muito a questão da regionalização, olhando a especificidade de cada município pela lógica de bacia hidrográfica, de cursos d'água, o Universaliza tem muito isso de resiliência hídrica no curto, médio e longo prazo. Também o Integra Bacias, que os Comitês de São Paulo podem aderir já o programa, ele unifica um planejamento hídrico olhando a especificidade de cada alto bacia aqui do Estado. E aí, a gente vem fazendo também vistorias, visitas em obras, seja do FeHidro, seja dos rios vivos da SP Águas. Fomos em Piracicaba, Valinhos, enfim, uma série de cidades para a gente sempre atuar muito em conjunto com os municípios. O Fórum do Tietê também apresentou o balanço anual, projetou as próximas etapas no FIAR, que faz essa integração no âmbito do programa Integra Tietê. Antecipamos uma obra muito importante que eu estive também lá em Biritiba Mirim, para a gente conseguir, a partir de 8,5 quilômetros de adutora, 500 metros de túnel, um bombeamento de 98 metros, captar ali no Rio Sertãozinho, aumentar em 17% a capacidade do Alto Tietê, isso ajuda muito o Cantareira, também ajuda a operação conjunta. Hoje também, daqui a pouco, quando eu sair daqui, eu vou lá em Salesópolis para a gente entregar antecipadamente um reservatório também bem importante, que vai duplicar a capacidade lá da região, então isso ajuda muito também. Reforçando que é sempre bom a gente consumir racionalmente nossos recursos hídricos, sobretudo em épocas de estiagem. A gente também foi destaque no Plano Paulista de Qualidade de Gestão, com iniciativas inovadoras e saneamento. Parabéns Cristiano, nosso subsecretário de saneamento. Lá no Vale do Paraíba e Litoral Norte o FeHidro disponibilizou 15 milhões e também várias regiões. A gente, na semana passada, anunciou o nosso Fundo em conjunto com os comitês, mais 214 contratos para a gente fazer em relação a resiliência hídrica, drenagem, enfim, uma série de investimentos que a gente precisa fazer e vamos fazer em conjunto com os municípios. O Porto de São Sebastião foi premiado como o segundo melhor do país em desempenho de sustentabilidade, deixar aqui nossos parabéns ao Comandante Ernesto, que tem feito um trabalho muito bom lá no Porto de São Sebastião, com um olhar muito de sustentabilidade, de responsabilidade ambiental, de melhoria de gestão, que precisava. E aí a gente tem discutido regionalmente também o planejamento logístico. A gente convida a todos, a gente tem feito isso com a nossa equipe de logística, considerando muito o Zoneamento Ecológico Econômico também, para a gente conseguir sempre fazer essa vinculação com a logística. A gente fez isso no 2º Fórum Regional, lá em Sorocaba, e vamos fazer ainda vários encontros

de acordo com a divisão do ZEE também. A gente promoveu imersão de alunos em operação em projetos ambientais das travessias litorâneas aqui também com a nossa equipe de logística. O 3º Fórum Regional também foi em Ribeirão Preto. Resgatamos um cachorrinho que pulou no mar na travessia São Sebastião-Ilhabela. Então, a gente, às vezes, se depara com situações que a gente sempre tem equipe treinada para poder fazer esses resgates, sempre eles aparecem na mídia também. Mas isso acontece recorrentemente, não só lá também. Todas as travessias, as oito que a gente tem aqui, região metropolitana, Paraibuna. E convidar todos aqui também, acho que a Marisa vai falar um pouquinho daqui a pouco, a gente abriu consulta pública sobre o nosso Plano Paulista Decenal de Energia. Lembrando que a gente tem o primeiro plano Subnacional de Energia do Brasil, que a gente aprovou ano passado até 2050, em linha com nossa estratégia climática aqui do Estado de São Paulo. E aí a gente está fazendo agora, junto com o pessoal da USP, o nosso Plano Decenal de Energia 2034, que a Marisa depois vai falar um pouquinho melhor aqui. É isso, vou devolver a palavra, Naiana, para você. Obrigada, gente pela participação, de vocês estarem aqui presentes, seja virtualmente, seja presencialmente. Vamos lá.

00:12:55 Naiana Lanza: Obrigada, secretária. Passamos, então, agora aos informes aqui na Secretaria Executiva. Então, como é a nossa última reunião do ano, eu gostaria de agradecer a todos os conselheiros e conselheiras por esse período, iniciando aqui no CONSEMA, o aprendizado que é diário. Tenho aprendido muito com vocês e espero que o ano que vem a gente continue nessa dinâmica de diálogo, que é isso, a gente tem tentado fazer e atender todas as demandas que têm sido apresentadas pela sociedade civil. Então, nesse contexto, eu queria dizer que já está disponível, a gente vai publicar no nosso site depois da reunião, a agenda de reuniões para o ano de 2026. A lógica se mantém a mesma, as reuniões sendo sempre às últimas quartas-feiras do mês, a exceção fica ali para o fim do ano, para a gente ir puxando um pouquinho para a gente poder não ter a última reunião do ano no natal. Então, nesse sentido também eu gostaria de informar aqui, trazer um pouco uma devolutiva bem breve, só dizendo que todas as informações, pedidos que foram realizados aqui para a Secretaria Executiva pelos conselheiros, eles foram encaminhados para as áreas técnicas. Então vou citar aqui, por exemplo, a questão de demanda de atropelamento de fauna na Rio-Santos, fiscalização em Ilhabela, um pedido de reunião para fazer uma conversa sobre o Licenciamento Municipal Ambiental, oficializada pelo conselheiro Andrés. Essa reunião, marcada para o início do ano, junto com o subsecretário Jônatas, para a gente tratar esse assunto junto com os conselheiros. Inclusive, já até conversei com o Manara hoje pedindo um apoio dele na frente de articulação com os municípios, e o Manara também já se colocou à disposição para auxiliar justamente para a gente dar um avanço nesse tema do Licenciamento Municipal Ambiental. Então, dito isso, informes bem breves, passamos agora ao momento de fala dos conselheiros, aqueles 30 minutos de fala para cada conselheiro. Então eu vou começar vendo aqui no plenário quem gostaria de falar e, na sequência, o pessoal que está online. Aí o pessoal que está online, eu peço para ir levantando a mãozinha para a gente fazer essa organização, tá bom? Os conselheiros que estão online, que estão com o microfone ligado, eu peço a gentileza de desligar porque está dando um retorno aqui para a gente, por favor. Então vamos lá. Lara, Chaves, Victorino... Então, só confirmando, aqui no plenário, o Victorino, Sanseverino, o Manara, o Crepaldi, o Beloyanis, a Lara, o Rafael Chaves e o Coronel Navarro. Mais alguém? Não. Então, passamos aqui para o pessoal que está online. Andrés, que o Leduc que já avisou que está com o tempo também cedido por Andrés, Rodrigo e Paulo Nelson do Rego. É isso pessoal? Então podemos iniciar as falas. Como a gente tem bastante conselheiro inscrito, eu peço brevidade no tempo, então vamos

ter dois minutos de fala por conselheiro. Peço, novamente, para o pessoal que está com o microfone ligado online, para desligar, porque está dando um retorno aqui para a gente. Então, por favor, o conselheiro Victorino pode iniciar.

00:16:38 Eduardo Victorino: Bom dia a todos, bom dia, secretária, a qual cumprimento todos que estão aqui presentes e online. É mais para eu falar rapidamente sobre o dia 15/12. Tivemos uma reunião aqui na SEMIL sobre o GFI, e eu queria dizer que a reunião foi muito produtiva. A gente evoluiu bastante do ano passado para este ano. Nós conseguimos, com a matriz de responsabilidade, muito importante. E eu queria também dizer aqui o seguinte: nós tivemos então a presença mais do MP, o Ministério Público. Aí eu queria fazer um agradecimento à doutora Joana, que é do Ministério Público do Estado de São Paulo, que foi com a gente no campo, pisou no barro, como a gente fala, isso é muito importante, quando você tem um órgão, como o Ministério Público, com a gente no campo, sentindo aquilo que a gente sente, uma fiscalização de campo. E também agradecer a PGE, que teve uma reunião no finalzinho desse ano, onde ficou até um compromisso de gerar uma cartilha para nós, de alguns procedimentos. A gente vai cobrar essa cartilha, porque é importante para nós que estamos nessas demandas de campo. Então a gente sabe o quanto é importante a segurança jurídica, a gente ter isso tudo bem alinhadinho. Então seria mais sobre isso e dizer que o GFI, graças a Deus que nós temos o GFI trabalhando cada vez melhor, porque se não fosse o GFI nós estaríamos muito ruins hoje com os nossos mananciais, viu, secretária, com certeza o GFI faz um trabalho muito importante e eu queria também parabenizar todos os membros da SEMIL que fazem parte desse Grupo de Fiscalização Integrada dos mananciais. Obrigado.

00:18:18 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro Victorino. Na sequência, passamos para o conselheiro Sanseverino.

00:18:29 Carlos Sanseverino: Bom dia. Bom dia, secretária, bom dia à mesa diretora de trabalhos, senhores conselheiros, nós estamos no tempo do advento e os conselhos são sempre tempo de aprendizado. Conviver com a sociedade civil, esse conselho, secretária, é o maior conselho do país, e tive a honra de integrar aqui a primeira vez em 2003, há 23 anos, quando o professor Goldemberg era o secretário. E a gente percebe, nesse dinamismo, e eu queria cumprimentar a secretária por essa gestão de excelência que ela vem realizando um trabalho inovador e que tem trazido para nós uma vaporização. A OAB tem hoje mais de 1 milhão de associados, aqui no estado de São Paulo são mais de 600 mil, em mais de 220 municípios. Então, nós, como sociedade civil, estamos sempre vigilantes. Então, aqui cumprimentar a secretária, trazer um abraço a todos vocês e pedir depois uma palavra da secretária sobre essa questão da Enel. Há uma preocupação nossa em relação a esse momento em que a Enel não consegue prestar um bom serviço público. Há uma preocupação com a questão das florestas urbanas. Recentemente, nós fomos instados pelos órgãos de imprensa sobre a questão, se há um histórico das árvores na cidade de São Paulo, há sempre essa questão, secretária, dos valores sincréticos. Antigamente, nós morávamos no bairro e trabalhávamos em *downtown*. Hoje, os bairros são verdadeiras cidades. Entre Pinheiros e Alto de Pinheiros, por exemplo, são mais de 600 mil habitantes. Só em Santo Amaro são mais de 2 milhões de habitantes. E no estado de São Paulo, então, inteiro, a gente tem toda essa questão da proteção dos maciços. Então, eu queria saber se a gente tem uma comunicação neste momento entre o município e o Estado para a questão da prevenção, neste momento, com a questão das chuvas que se avizinham, se a gente tem um projeto para enfrentar isto, e se, nesse momento de transição, que palavra a gente pode levar para quem nos consulta

em relação a esse momento de crise que nós estamos passando com a Enel. Muito obrigado e aproveito para desejar a todos um excelente natal, um excelente ano novo, que a gente possa começar com o pé direito e com as bênçãos de Deus. Muito obrigado.

00:20:50 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, o senhor Manara, por favor.

00:20:59 Marcelo Manara: Secretária, bom dia, bom dia a todos os colegas conselheiros. Já desejar a todos excelentes festas, um ano de 2026 muito produtivo, assim como foi em 2025. Começar parabenizando mais uma vez a secretária, a SEMIL, o Governo do Estado, pelo dia nove de dezembro, no Município VerdeAzul. Estive lá numa plateia lotada, muitas entregas, muitos projetos FeHidro. São José atingiu a pontuação histórica de 93 pontos no Município VerdeAzul, ficou em segundo lugar, competiu com São Paulo, está meio desbalanceado, viu, secretária, tem que criar uma última categoria de municípios, capitais, para que a gente possa. Mas foi muito legal, parabéns. Também informar a todos que, com muito orgulho, São José dos Campos recebeu no dia 3 de dezembro, num evento lá no Parque Tecnológico da Presidência da ABNT, a sua a sua certificação como a primeira cidade do mundo ASG na série ISO 37.125. Já havíamos recebido essa honraria numa pré entrega, por assim dizer, na COP 30, e foi o grande momento de São José dos Campos na COP 30. E dizer também que a ANAMMA está articulando com o Parque Tecnológico de São José dos Campos e a ABNT uma estratégia de levar essa jornada, essa expertise das quatro séries, 37.125, e também aquelas que tratam dos municípios inteligentes, municípios resilientes, municípios sustentáveis, para que outros municípios possam ingressar nessa jornada dessa certificação que é muito boa, muito interessante. Também tivemos, recebemos do Consulado de Israel, agradecer ao cônsul Rafael Heydrich, que esteve lá muito gentilmente. O consulado entregou para São José dos Campos dez equipamentos de uma tecnologia israelense que se chama HomeBiogas, para as escolas joseense, que é muito legal, um sistema de biodigestor que gera energia no processo de educação ambiental. Então, registrar aqui, agradecer ao Consulado de Israel por essa gentileza num programa ambiental muito importante. Informar a todos que a Agência Ambiental do Vale do Paraíba comemorou o milésimo Licenciamento entregue. Foi agora, segunda-feira, com a presença do vice-governador Felício Ramuth. Então, uma grande conquista para essa solução, para essa estratégia inovadora da Agência Ambiental, que hoje, secretária, já recepciona 20 municípios consorciados. Lembrando que já teve apresentação aqui, iniciou essa trajetória com seis municípios passados três anos, já são 20 municípios licenciadores e parabenizar ao secretário-executivo Cláudio Scalli pela condução, também fazer uma referência porque a ANAMMA sempre acreditou nesse propósito, ajudou a consolidar essa estratégia, e a ANAMMA também entende que o fortalecimento do processo de Licenciamento Municipal é muito importante. Só isso. Obrigado.

00:24:30 Naiana Lanza: Obrigada, Manara. Na sequência, então, o conselheiro Crepaldi, por gentileza.

00:24:38 Ricardo Crepaldi: Bom dia a todos, todos os colegas aqui e os que estão online, na palavra da secretária Natália. Cumprimento a todos e aproveito para agradecer pelo ano que foi esse ano de 2025, está acabando, a gente já está terminando, e que a gente tenha muito sucesso, principalmente na condução do nosso conselho. Secretária Natália, está indo muito bem, espero que esteja melhor no ano que vem. Então, a equipe da SEMIL está de

parabéns, toda a equipe, secretária, em meu nome, em nome da ABES, agradece a participação da equipe da SEMIL. Bom, rapidamente colocar alguns pontos: Eu recebi na ABES, recebemos no começo do mês a delegação do governo da província de Sichuan, da China, a segunda maior província da China em importância, e é a equipe que veio seria equivalente a da SEMIL. Então eles estiveram comigo na ABES e depois eu fui com eles até a Secretaria do Verde, Meio Ambiente de São Paulo, porém alguns pontos eles querem cooperação, eles querem compartilhar experiências. A província de Sichuan é a província dos Pandas, da criação dos pandas na China e a província chamada Província dos Mil Rios, que têm mais de 1800 rios dentro da província. Eles têm 70% do Estado, o estado é 80 milhões de pessoas e a capital, 23 milhões. Ela é muito similar ao Estado de São Paulo, um pouquinho maior, mas ele é similar nesses conceitos. Vários pontos eles colocaram, mas principalmente, como era uma visita conosco e depois com a cidade de São Paulo, o município, lá com o Rodrigo e com o Vanderlei, na Secretaria do Verde, algumas coisas eles não entenderam, e aí faltou realmente a parte da poluição atmosférica, os pontos que é do governo do Estado. A gente vai fazer um novo retorno agora no começo do ano, nós vamos fazer um evento de cooperação e depois talvez uma viagem até a província de Sichuan para ver as boas práticas, mas o governo do estado tem que estar junto, porque muita coisa é da CETESB, principalmente poluição atmosférica e vários pontos. Então isso é muito importante e é bem interessante que eles que vieram atrás de nós, não nós que fomos atrás deles. Então quer dizer, mostra nossa relevância como Brasil e como o Estado de São Paulo. Outro ponto de preocupação da ABES, secretária, é a questão da crise hídrica. Estava até comentando com o Manara aqui, eu sei que a gente está fazendo alguns trabalhos, a SIMA está fazendo alguns trabalhos de aumento de captações, principalmente para a região metropolitana de São Paulo, mas isso é parte da resolução do problema. A gente precisa ter um trabalho mais forte de preservação das nossas nascentes. Um trabalho forte mesmo, realmente que tenha... um trabalho que, infelizmente, é longo, você fazer um tipo de trabalho desse, mas ele tem que ser feito. A gente sabe que a água fluante, os rios, córregos, os afluentes que nós temos, cada vez eles estão com o menor volume de água momentâneo e, no momento de crise climática, dos excessos, eles vêm com sobre vazão absurda. Então a gente está num momento de adaptação e resiliência. Por último, deixa eu colocar aqui uma preocupação, secretária, a gente precisa olhar para os resíduos do nosso Estado de São Paulo. A gente precisa ter mais força com isso para a gente poder não deixar que outros órgãos do governo do Estado trabalhem resíduos não sendo a SEMIL, isso é muito importante da gente colocar. Era só isso, muito obrigado.

00:28:22 Naiana Lanza: Muito obrigado, conselheiro. Na sequência, então, o senhor Beloyanis.

00:28:32 Beloyanis Monteiro: Bom dia a todos, bom dia secretária, bom dia aos demais conselheiros. Hoje eu vim aqui para fazer um comunicado, aproveitando a última reunião do conselho, e me despedir desse conselho. Eu estou me desligando da SOS Mata Atlântica após 33 anos, mas essa luta não termina aqui. A gente continua em outros espaços, não institucional, mas acho que é importante a gente vir e ressaltar a importância do CONSEMA e valorizar a secretária, que atendeu a várias demandas que a gente encaminhou prontamente, a sua lida, no Vale do Ribeira, acho que foi muito importante. Eu volto a frisar uma coisa: nunca nenhum secretário foi em nenhum desses espaços que a senhora foi. A senhora esteve na Juréia, em Bombas, a senhora esteve em vários lugares. Essa ida é muito importante para o território, então eu quero desejar a todos um Feliz Natal, 2026 de muita luta

e muita expectativa de novos tempos. E aproveitando, Roberto, eu acho que a gente tem uma coisa que o Roberto sempre estava batendo, sobre o CADEA. A gente precisa, quero colaborar mesmo, agora não tanto institucionalmente, mas estou em outras organizações, mas para a gente valorizar o CADEA, para a gente trazer, reforçar e valorizar nossa bancada ambientalista, a gente precisa trazer mais organizações, fortalecer, acho que foi um momento muito importante de a gente estar junto aqui e a gente precisa valorizar, porque o CONSEMA é um conselho, conforme o Sanseverino falou, muito importante. E a gente precisa cada dia mais ter espaços de participação e valorizar. Então, secretária, o meu agradecimento e agradecimento a bancada ambientalista, que a gente esteve juntos, e aos demais conselheiros. E vamos continuar juntos, porque a minha história não começou na SOS Mata Atlântica, foi bem antes da SOS Mata Atlântica, na Juréia. E vamos continuar na luta porque tem muita coisa para fazer e colaborando com outras organizações, tá? Muito obrigado e até logo. Até breve! A gente não se despede, estamos aí no mesmo espaço. Obrigado.

00:31:02 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Só fazer um comentário sobre o CADEA rapidamente. Não sei se todos recordam, mas o CADEA é uma das tarefas que está atribuída à Comissão Temática de Normatização e Processante para a gente fazer a discussão. Então a gente vai retomar isso no próximo ano. Agora eu vou fazer o seguinte: eu vou passar para o pessoal que está online, o pessoal da sociedade civil, e depois eu volto para o plenário e a gente chama o pessoal do Estado para falar, tá bom? Então, na sequência eu chamo o conselheiro Andrés. Por favor, Andrés, se puder usar um fone de ouvido, que estava dando um retorno aqui.

00:31:45 Andrés Vernet: Obrigado. Bom dia a todos. É o seguinte, eu queria falar sobre alguns problemas do Licenciamento Municipal. Tem vários municípios que, como por exemplo Campinas, São Paulo, que não exige. Campinas, quem está falando isso é o próprio MP. Aliás, é um belo trabalho executado pelo MP depois de um ano de cobranças, dois relatórios da CAEX, e Campinas ainda não faz corretamente a logística reversa. Tem município que cobra taxa para fornecer a Licença Ambiental. Tem município que cria um plano de logística reversa sem a aprovação da CETESB. Agora, o mais impressionante mesmo é a Agência Ambiental de lá. Nós solicitamos uma licença ao senhor Leonardo — (00:32:39 ininteligível), que era diretor ambiental, e disse que não poderia disponibilizar em função da LGPD, totalmente contrária ao que diz a CONSEMA 01/24. E o pior está por vir ainda. A CETESB afirmou um acordo de cooperação, em maio de 25, agora com a Companhia Ambiental, acrescentando diversos CNAES e outras condições além daquelas estabelecidas na CONSEMA 01, ou seja, alterou a CONSEMA 01 sem o conhecimento e sem o consentimento do CONSEMA. Veja bem o nível de problema. Foram incluídos novos CNAES que já constam, inclusive, do site da Companhia Ambiental do — (00:33:33 ininteligível). Aumentou o limite do alto impacto, de 10 mil para 20 mil metros quadrados. Vejam o absurdo que está nesse acordo feito pela CETESB. Ou seja, alterou, desfigurou e descaracterizou a deliberação de um colegiado do meio ambiente do Estado de São Paulo. Eu nunca vi algo semelhante. Estou há dez anos participando, nunca vi algo semelhante. Então, a CETESB violou todas as legislações mencionadas, especialmente o artigo 1º, que diz: Compete ao município ou consórcio o licenciamento conforme a tipologia definida no Anexo I. Então, tudo aquilo que é diferente do Anexo I é ilegal. E a pergunta fica: Quem a CETESB quer beneficiar com isso? O acordo da CETESB foi assinado pelo seu presidente, com base numa Decisão de Diretoria, a 2624, do dia 15/04. Isso pode mudar uma decisão do CONSEMA? Então, gostaria de saber da senhora secretária se a Cetesb extinguiu o licenciamento municipal ou se podemos dizer

que a deliberação do CONSEMA não vale para mais nada. Ou então a senhora pode, ao seu bel prazer, fechar o CONSEMA, porque desse jeito não precisamos mais do CONSEMA. E se a deliberação do CONSEMA é alterada sem aprovação, o que pode vir em seguida? Então isso significa duas situações, senhora secretária: ou a senhora não sabia, ou a senhora sabia e não trouxe ao plenário. E as duas opções para nós são assustadoras. Então, para nós, essa é uma atitude que caracteriza uma quebra do princípio de confiança e de segurança jurídica. Queremos uma posição imediata da senhora, pois é um ato ilegal e pedimos para que esse acordo seja revogado imediatamente, sob o risco, tanto da senhora como presidente ou como secretária, e a CETESB não tem nem legitimidade aqui e no CONSEMA, porque se o CONSEMA aprovou e alguém muda, alguma coisa está muito errada nisso. Portanto, o licenciamento municipal não vai se resolver simplesmente como alguém quer, com perguntas e respostas, questionários e algo assim. Se os maiores problemas estão aqui dentro mesmo, que são a CETESB, Campinas e a ANAMMA, que participaram de todas as comissões e estão contribuindo diretamente para o péssimo resultado que temos hoje. Então, o que nós estamos querendo e estamos resumindo aqui, a Agência Ambiental do Vale está licenciando fora da autorização do CONSEMA. Portanto, essa licença pode ser considerada ilegal. Então, senhores conselheiros, eu queria o apoio de vocês para uma resposta da senhora secretária, e eu vou mandar esse documentos em seguida pelo e-mail, e pedir para a Naiana encaminhar para todos os conselheiros para analisar e ver esse acordo feito pela CETESB, à revelia total do CONSEMA, e autorizando a Companhia do Vale licenciar algo diferente que os outros municípios fazem. Então, aqui isonomia, até então, ou a gente fecha o CONSEMA ou a gente passa tudo isso para os municípios e deixa a CETESB fazer o que ela quer, porque senão realmente há o CONSEMA, segundo a lei complementar 140, tem que passar pelo CONSEMA. Tudo aquilo que é diferente do CONSEMA está ilegal. Então é isso, senhores conselheiros, eu peço a atenção de vocês, conselheiros. vocês votem nessa resolução do CONSEMA, e ela está sendo — 00:37:53. Encerro agora, imediatamente, Naiana. Então é isso. Conselheiros, por favor. Ou a gente continua corretamente dentro da lei, ou a gente encerra o CONSEMA. Muito obrigado, senhores e senhoras.

00:38:10 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, o senhor Paulo Nelson. Paulo Nelson, se você estiver falando, a gente não está te ouvindo. O seu microfone está desligado. Paulo Nelson, nos ouve? Pode falar, Paulo Nelson.

00:38:55 Carlos Sanseverino: Secretária, só pela ordem, peço licença para anotar, que eu acho importante, que no dia de ontem foi o aniversário do conselheiro Paulo Nelson do Rego.

00:39:06 Naiana Lanza: Parabéns, Paulo Nelson. Gente, eu vou fazer o seguinte: como o Paulo Nelson está com uma certa dificuldade para falar, eu vou passar para o senhor Antonio Cezar Leal, que está também online, e aí, na sequência, a gente volta para o Paulo Nelson. Por favor, Antonio, você pode falar.

00:39:23 Antonio Cezar Leal: Agradeço a oportunidade. Bom dia a todos e todas. Bem rapidamente, cumprimentando a senhora presidente, secretária Natália Resende, pelo trabalho e toda a sua equipe. Deixar registrado o nosso interesse, pela UNESP, Universidade Estadual Paulista. Eu trabalho na Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura aqui em São Paulo e também no campus de Presidente Prudente, e nós vimos a chamada de restauração pela SEMIL, divulgamos lá também em nossa região, mas a Universidade em si não teria capacidade de ser habilitada naquele edital, pelo que nós entendemos. Mas nós

temos todo o interesse pelos cursos que temos em Presidente Prudente e em Rosana, e em outras unidades ali do Oeste Paulista, que são mais fortes com vocês e com os demais que estiveram envolvidos na restauração ecológica do Pontal do Paranapanema. Nós já fizemos vários projetos junto com o Comitê de Bacias, Pontal do Paranapanema, comitê também do Rio Paranapanema, e estamos à disposição, professores, estudantes, funcionários e a equipe gestora da universidade para somar esforços para essa restauração ecológica no Pontal do Paranapanema. Com a senhora Natália e sua equipe, estamos à disposição. Ficamos aguardando eventuais tratativas para avançarmos nesses trabalhos. Muito obrigado.

00:40:44 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Paulo Nelson, será que consegue agora? Agora foi. Por favor, Paulo Nelson.

00:40:54 Paulo Nelson do Rego: Eu troquei aqui do celular para o computador, acho que vai ser mais fácil. Bom dia a todos. Agradeço os parabéns do Carlos e de todos os conselheiros, mas venho aqui para trazer um tema que me foi muito caro. Tivemos essa semana que passou a reunião do Fina Clima e, na reunião do Fina Clima, se ficou uma discussão muito séria dos principais eixos de financiamento que serão objeto de busca do Fina Clima para trazer os financiamentos. E um dos temas que acabou sendo fixado como de grande relevância é justamente a questão da biodiversidade como forma de garantias a preservação ambiental das nossas Unidades de Conservação e de outros espaços protegidos. Eu sempre trago esse tema à reflexão, que é a questão da certificação desses procedimentos. Os sistemas de certificações existentes hoje só permitem a certificação de grandes áreas, o que não atende São Paulo, que a gente sabe que a questão fundiária de São Paulo é uma questão já fragmentada e que não está ligada a esse tipo. Então a gente vê que a biodiversidade de São Paulo dificilmente vai ser contemplada por uma certificação que, em razão dos tamanhos das áreas que são necessárias e que as certificadoras exigem para fazer. Eu entendo que isso é um desafio, secretária, e eu lanço aqui esse desafio à senhora, no sentido de a gente buscar, dentro do sistema, uma forma de trazer certificação. Eu, lá atrás, tive até um início de conversa com a Fundação Florestal, e esse tema acabou não evoluindo mais, não falamos mais, mas eu entendo, inclusive, que a Fundação seria o ambiente ideal para que essas certificações da biodiversidade fossem alocados. Geraria recursos para a Fundação, ela tem capacidade técnica para isso, indiscutivelmente. A gente sabe que agora com o novo plano de carreira você pode realmente criar procedimentos internos que viabilizem a certificação de pequenas propriedades. Então, fica esse desafio. Não sei se não é pela Fundação, por qual sistema que a gente poderia estar trazendo dentro do governo uma análise desses critérios para que a gente possa realmente valorizar. Coloquei isso lá no Fina Clima, os nossos companheiros lá todos foram sensíveis também ao tema e fica aqui o desafio colocado. Então, feliz natal a todos, agradeço demais esse ano de trabalho, que eu acho que foi profícuo, nós trouxemos aqui grandes discussões e salvo as questões pontuais que merecem ser revistas, eu acho que o CONSEMA sempre foi e será um colegiado de suma importância e precisa sempre ser muito valorizado.

00:44:14 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Feliz aniversário atrasado. Então voltamos novamente ao plenário para as manifestações. Então, primeiramente chamo a conselheira Lara para fazer uso da palavra. Por favor, conselheira.

00:44:27 Lara Carolina Chacon Costa: Olá, bom dia a todos e todas, bom dia secretária. Vou complementar aqui sobre o Verão no Clima. Então, no sábado a gente fez a abertura em

Itanhanhém do primeiro dos 16 eventos. Vamos seguir com mais 15, vamos até março em todos os municípios do litoral, vamos cobrir os 16, e aí é só para passar uma perspectiva de datas, e fica aí o convite para todos estarem conosco. Então, nossa próxima parada é em Peruíbe, dia 8 de janeiro; em Bertioga, dia 10 de janeiro; Ilha Comprida, dia 15 de janeiro; Praia Grande, 17 de janeiro; Ubatuba, 24 de janeiro; Santos, 28 de janeiro; Guarujá, 31 de janeiro; Caraguatatuba, 7 de fevereiro; Mongaguá, 14 de fevereiro; São Vicente, 21 de fevereiro; Ilhabela, 28 de fevereiro; Iguape, 7 de Março; São Sebastião, 14 de Março; Cananéia, 21 de março e a gente está com Cubatão ainda a confirmar uma data em fevereiro. A maior parte dos eventos ocorre aos sábados, muitos deles começam bem cedinho, porque a gente tem uma corrida às 07h da manhã, e a partir das 09h começam os eventos culturais, as ações de educação ambiental nas oficinas, o mutirão de limpeza. Então estão todos convidados, vai ser ótimo tê-los conosco. É isso. Obrigada.

00:45:47 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Na sequência, então, passo a palavra ao Rafael Chaves.

00:45:54 Rafael Chaves: Obrigado, Naiana. Bom dia, secretária, a todos conselheiros. Secretária, eu queria agradecer, em nome do IPA, todo o seu reconhecimento e apoio ao trabalho do Instituto, tanto ao Educa Trilha, a todos os trabalhos mencionados, mas em especial à Giselda Durigan. O IPA tem muito orgulho de ter uma das pesquisadoras mais relevantes do mundo na sua área, e acho que uma liderança, como uma liderança trata a sua equipe diz muito sobre ela. Então a sua ida até lá, conhecendo, em campo, o trabalho da Giselda é muito forte em campo, e teórico também, mas é muito aplicado. Queria dar um testemunho pessoal. Quando eu era diretor de restauração, há dez anos atrás, coordenei um trabalho de estabelecimento dos indicadores da restauração ecológica, que foi um trabalho que deu segurança para todos da área, para o gestor público, para o Ministério Público, que cobrava que a restauração fosse feita e não tinha um critério claro, para o produtor rural, para o restaurador, para o empreendedor que precisava restaurar, mas não sabiam quando que ia ter finalizado. E o fato da gente ter conseguido estabelecer indicadores que hoje são usados no Brasil inteiro, os estados, mais da metade dos estados adotaram os indicadores São Paulo nos últimos dez anos, ou inspirados, e hoje, esse ano, o ICMBIO, o Ibama, também lançaram suas normativas em consulta pública, também baseados na lógica que nós lançamos há dez anos atrás, e a Giselda foi uma parte fundamental, e as pesquisas dela, foram uma parte fundamental para demonstrar essa aplicabilidade do trabalho dela, que você reconheceu indo até lá, obrigado por isso. E dizer que nós lançamos também, foi uma super conquista também do IPA, do Biota Síntese, nós lançamos no último dia 25, a Nota Técnica Científica Nº06, chamada: Ondas de calor e soluções baseadas na natureza, e já teve matéria na Exame, repercussão, então, só para dar uma dimensão do quanto a gente, nessa época do ano, começa a ver os efeitos das ondas de calor, todo mundo sente na pele, mas tem uma forma de combater, atenuar as ondas de calor e seus efeitos com soluções baseadas na natureza. A gente analisou isso a fundo nesse trabalho. São um dos destaques, o aquecimento de 1,5 grau que é previsto para a cidade de São Paulo. Ou seja, o 1,5 grau que se fala globalmente nas cidades é mais forte. Então, o que se espera é que um aumento nos próximos 30 anos em São Paulo poderia ser atenuado só com arborização densa. Todo esse aumento de 1,5 grau, a gente rodou no modelo Investe, com os pesquisadores da Unicamp, e isso poderia ser anulado com arborização. Então, a gente se coloca à disposição para apresentar no CONSEMA no próximo semestre. E por fim, secretária, como é natal, o nosso último trabalho que apresentamos no CONSEMA também do Biota Síntese sobre a

polinização, e os 4 bilhões podem ser atingidos apenas restaurando e tendo mais abelhas perto dos cultivos, e nós ganhamos o prêmio Map Biomas em primeiro lugar, então trouxe também para a senhora também, senhora secretária segurar em mãos esse prêmio, porque foi uma conquista também muito grande, que a gente tem muito orgulho. Não foi notícia dessa sessão, mas para que você possa ter o prêmio em mãos também. Obrigado.

00:49:17 Naiana Lanza: Obrigado, conselheiro. Então, voltando aqui, na sequência eu convido a doutora Amanda para fazer uso da palavra, e depois a gente vem para o lado aqui direito. Por favor, doutora Amanda.

00:49:52 Amanda Modotti: Parabéns pelo prêmio. Bom dia a todos, bom dia, secretária, um ótimo final de ano, já me antecipando aqui, a todos e todas. E eu queria trazer um pouquinho dos resultados do nosso acordo SP Mais Verde, que a gente fez um projeto piloto agora em novembro, nossa primeira rodada do mutirão de conciliação, e os resultados, eu acho que foram muito, vou trazer especificamente os resultados, foram muito proveitosos. A gente ainda não fechou o balanço total porque temos uma audiência acontecendo agora às 10h ainda, e que possivelmente vai sair um outro acordo. Mas a gente teve aí, nessa primeira rodada, um resultado de 1.252 hectares separados, pagamento de multa de quase 400 mil reais, 1,9 milhões de reais de multa convertida em serviços ambientais a serem realizados via Fina Clima, e 1,3 milhões de reais convertidos em serviços ambientais a serem realizados via SARE. Então, a gente ficou muito feliz com os resultados, ainda que parciais, e convidamos a todos a conhecerem o programa, porque a gente vai fazer novas rodadas, possivelmente em fevereiro, março, com novos recortes. E é importante a gente divulgar e convidar a todos a participarem. Acho que é isso. Obrigada e um bom final de ano a todos.

00:51:24 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Na sequência, o coronel Navarro, por gentileza.

00:51:27 Leandro Navarro: Bom dia a todos. Secretária Natália, Naiana, Cristiano, Mayla e a todos os conselheiros aqui. Só agradecer a secretária, de verdade. Minha fala hoje é de agradecimento por esse ano de 2025, que a gente manteve o esforço, diminuimos infrações, isso é importante, e aumentamos a cobertura vegetal. Então isso é trabalho muito de excelência da senhora e de toda a equipe dessa integração que eu, na minha vivência aqui na Polícia Ambiental, há mais de 18 anos aqui nessa especializada, o momento que eu mais tenho referência assim, dessa integração, um diálogo franco, aberto e resolvendo problemas com muito foco, com muita objetividade. Então, só o meu agradecimento por esse trabalho de excelência e esse apoio que a senhora dá para a gente, para a gente poder executar nossa missão, é fundamental. Nós estamos lá agora, nesse momento, nós tivemos duas mortes ontem lá em Ilhabela. Nós estamos lá apoiando a Defesa Civil com o nosso Corpo de Bombeiros graças a todo o apoio que a SEMIL dá para a gente. Então a gente pode ajudar as pessoas na ponta da linha por todo o esforço e a integração que a gente tem aqui. Então, meu agradecimento, de verdade, estamos aí operando e desejo a todos um natal maravilhoso com as bênçãos de Deus e que 2026 seja tão proveitoso, até mais do que esse ano de 2025. Então, o meu agradecimento fica em nome de todos os Policiais Militares Ambientais, o nosso agradecimento à secretária Natália e a todo o CONSEMA aqui, que é um órgão fundamental, importante e democrático, que a gente tem que ouvir de tudo, e falar, discutir e chegar num consenso, isso é o mais importante. Obrigado, secretária.

00:53:23 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Por fim, então, o conselheiro Rodrigo ou ou Victória, tanto faz.

00:53:33 Rodrigo Levkovicz: Bom dia a todos. Em primeiro lugar, fazer um alerta, a gente já está em curso com a Operação Verão, e assim como o coronel Navarro, a gente também deu início a uma parte da nossa contribuição, que é olhar cachoeiras e cursos d'água com visitação. Então isso também está ocorrendo, então acho que é importante os conselheiros divulgarem a cultura de olhar a previsão climática, não ir em cachoeiras ou rios se tiver uma previsão de grandes chuvas, ainda que o céu esteja aberto no lugar que você esteja. Às vezes chove lá em cima, no morro, na montanha, e a água desce, então é importante, então eu acho que fica essa referência. Também fazer uma retrospectiva de agradecimento. Acho que esse ano é um ano emblemático, porque a gente está fazendo o acesso em Bombas, e aí a secretária Natália, o Codelo, toda a equipe do DER e CETESB, a gente se uniu e conseguiu avançar. A gente fez o enrocamento lá na RDS Barra do Una, também, SEMIL, a Camila, da SP Águas, toda a equipe da SP Águas, o professor Paolo Alfredini, o Sílvio, o Nelson. Então, isso mostra muito essa parceria que a gente está tendo para resolver os problemas. Agradecer todas as pessoas que estão aqui no conselho, e aí trazer também agradecer, de novo, de público, pela aprovação do Plano de Carreiras da Fundação. Esse mês a gente implanta a reestruturação, e aí já dou o ensejo aqui, a Victória assume uma diretoria, uma diretoria de bioeconomia. E tem aí dois setores específicos, um de instrumentos econômicos e um de certificação. A nossa ideia não é sequestrar a pauta, mas ter pontos de apoio para que essa pauta se desenvolva. Então eu também já passo a palavra para Victória, para ela se apresentar. A ideia é que a gente possa apresentar todos os diretores lá, mas a gente está muito feliz, Victória, parabéns. A gente confia muito no seu trabalho. Essa nova geração que está vindo, está vindo e detonando tudo.

00:55:45 Victoria Marcondes Karvelis: Obrigada. Bem, queria agradecer também. É a primeira vez que participo do CONSEMA, então agradeço por esse ano, por tudo que eu tenho aprendido aqui, participando das discussões também, e espero que eu tenha conseguido também contribuir, como suplente do Rodrigo quando cabe. E também pela oportunidade, assumindo a Diretoria de Bioeconomia. Agradeço o Rodrigo, a secretária Natália por isso. Então, acredito que a gente vai conseguir ter um pouco mais de energia e de concentração nesses assuntos que a Fundação também já vem tratando de certa forma, mas os PSAs também, certificações, então a gente pensar isso com mais profundidade, sendo esse apoio da Fundação Florestal e também outros instrumentos econômicos, mecanismos financeiros, para tentar fomentar a bioeconomia como uma estratégia de conservação da sociobiodiversidade, acho que isso vem se consolidando internacionalmente também. E o Estado de São Paulo é muito pioneiro nisso também, então, fazendo visitas através do programa, antes eu estava na coordenação do Pró Juçara. Constantemente a gente é convidado para eventos por outros estados, em outros locais. A gente foi até para os Estados Unidos falar sobre o Pró Juçara recentemente, então, como um exemplo de política pública que a gente vem fazendo. Então é isso, continuar os trabalhos também. Obrigada.

00:57:06 Naiana Lanza: Obrigada, Victória. Parabéns. Bom, secretária, então passamos agora aos comentários da presidência, por favor.

00:57:14 Natália Resende: Obrigada, Naiana. Vou começar aqui, depois eu peço para a Mayla me complementar. Cristiano também, se quiser, fica à vontade. Vou na ordem.

Primeiro, Victorino, agradecer também a participação e a colaboração nos vários fóruns que a gente tem em conjunto. Até não estava aqui no briefing, mas semana passada também a gente teve a quarta reunião da URAE, a gente está seguindo direitinho ali o regimento e sempre muito bom também, né? A gente fica ali várias horas discutindo saneamento, enfim, é importante ter essa integração, você sempre participativo, colaborativo. A gente fica muito feliz. Obrigada. Sanseverino, também agradecer a participação, agradecer a vinda aqui hoje, falar um pouquinho da sua pergunta. A gente tem, desde 2023, alertado e mandado comunicações, ofícios, notas técnicas, subsídio para o Ministério de Minas e Energia e para a Agência Nacional de Energia Elétrica enquanto agência reguladora, enquanto poder concedente dos serviços de concessão de energia de distribuição de transmissão também no Brasil, a competência constitucionalmente falando, é da União, só que isso nos afeta muito, muito. Afeta muito o Estado, afeta muitos municípios, afeta muitos paulistas, e a gente tem uma preocupação e uma agonia, diria, porque a gente não tem a caneta, então a gente tem uma atuação muito limitada, mas a gente tem tentado sempre contribuir com informações técnicas, com subsídios. Ontem, novamente, nós demos mais subsídios para o ministro de Minas e Energia, que esteve aqui em São Paulo, participei da reunião junto com o governador, para a gente mostrar que uma coisa que a gente vem falando desde 2023, que os indicadores contratuais não representam a realidade do Estado de São Paulo, não representam o que o povo paulista tem sofrido com a Enel, especificamente. Então, nós mostramos vários dados, como por exemplo, como é que o contrato hoje é baseado, e isso tem sido usado como métrica para as prorrogações dos contratos que nós não concordamos, e nós deixamos isso muito claro nas várias manifestações que a gente já fez. São usados dois indicadores que DEC FEC, para quem conhece do setor, para quem não conhece, representam a duração que você tem para poder restabelecer o serviço e a frequência que as interrupções acontecem. A forma como regulatoriamente isso é olhado, considera o global. Então, na média, o que acontece? A concessionária cumpre o contrato e ela usa muito isso na justiça, e ela ganha as diversas ações judiciais que a gente entra, porque ela usa o contrato, só que o serviço adequado, de acordo com o parágrafo 1º, do Artigo 6º, da 8987, que é regularidade, que aquilo tudo que a gente conhece, ele não é bem prestado, a gente não tem dúvida disso. E aí a gente vem mostrando, por outros indicadores e por outras informações, esse fato. Então, por exemplo, quando você usa o deck por conjuntos elétricos, e nós temos na área da Enel aqui, 143 conjuntos elétricos, são 8 milhões de domicílios prestados em 24 municípios. Em 2023, de uma meta de 66%, a Enel cumpriu 57. Em 2024, de uma meta de 71%, ela cumpriu 62%, ou seja, ela está abaixo da meta, e isso se junta também, ela não cumpriu a meta do DEC, o DEC é a duração que a concessionária precisa para restabelecer o serviço, é quanto ela demora para poder restabelecer o serviço, a grosso modo falando. E aí, qual é o problema também disso, que a gente também, desde 2023, vem alertando para a necessidade de mudança. Ontem nós falamos de novo: a questão dos expurgos, a questão dos expurgos é crítica porque basicamente o que acontece, nós estamos num cenário de mudanças climáticas, e a gente precisa considerar isso nos nossos contratos, e a gente, no Estado de São Paulo, a gente considera, a gente tem considerado muito isso, e a gente falou isso também a título de referência. Quando acontece um vento, quando acontece uma rajada, uma chuva muito forte, muitos desses acontecimentos são retirados dessa conta e a concessionária acaba cumprindo porque você tem esse expurgo, e está errado, está errado. E a gente já falou isso. Um exemplo: Em 2024, a gente fez o cálculo, junto com a Arsesp, a agência reguladora, tirando o expurgo, você tem uma duração de restabelecimento de 6,64 horas. Se você considerar os expurgos, que é o que a gente sente, que é o que o paulista sente, você chega 21.81 horas, é 226% a mais quando você não tira essa lógica do expurgo.

E eu não estou falando que não tem que considerar força maior, o caso fortuito, não é isso, mas a gente precisa rever. E a gente já fez várias contribuições nesse sentido para poder rever a lógica dos expurgos. Bom, isso tudo está escrito, isso tudo a gente fez manifestação, é público, a gente já encaminhou, porque de fato isso afeta muito, e o que a gente reiterou ontem novamente, vocês devem ter visto aparecendo na mídia também, mas, tecnicamente falando, a gente requereu ao Ministério de Minas e Energia a suspensão de qualquer, qualquer medida para prorrogar o contrato. Não tem condição de prorrogar o contrato sem considerar outros indicadores que não esse DEC FEC global, que seja para considerar o DEC FEC por conjuntos elétricos, que que é isso? São cada pedacinho que a gente consegue enxergar melhor essa interrupção. O sofrimento da população, a gente consegue enxergar melhor por conjuntos elétricos do que de forma global, porque a média dissipa. Parece que está tudo bem, mas não está. Então a gente pediu a suspensão de qualquer medida para poder prorrogar o contrato, para considerar isso tudo que a gente, desde 2023 vem falando, para caminhar no processo de caducidade, que a Aneel está lá com o termo de intimação aberto, porque não tem condição da gente continuar da forma como está. E a gente está no período úmido, provavelmente vão acontecer novas crises, vai acontecer a mesma coisa, vão ficar dias sem energia e a gente não vai ter a resposta adequada por parte da agência reguladora e do poder concedente competente. Então, resumindo.

01:04:23 Carlos Sanseverino: Secretária, pela ordem, só para informar o seguinte: como nós aqui sabemos, todos nós sabemos que esse conselho é o maior do país, na lei que regula as ações civis públicas, as entidades coligadas na área dos direitos difusos e coletivos que podem ser solidárias nesse pleito de vossa excelência. Então, quero aqui registrar a disposição da Ordem dos Advogados do Brasil em se alinhar com esta posição do Governo do Estado de São Paulo e, se for o caso, eu acho que como colegiado, nós poderemos externar formalmente essa posição. E, mais do que isso, se entenderem pertinente, podemos falar sobre essa possibilidade de uma ação civil pública coletiva. Muito obrigado.

01:05:05 Natália Resende: Eu acho ótimo. Acho que a gente tem que mostrar que o serviço adequado que a própria lei traz é maior do que um DEC FEC global, posto no contrato, porque não é isso que as pessoas estão sentindo. Então, tem muito subsídio nisso, a gente mostrou vários relatórios de fiscalização aqui da agência, que tem uma atuação muito limitada pela questão constitucional mesmo, mas várias fotos que a gente tirou de infraestruturas precárias. Então a gente fez todo um, organizou bem direitinho o material para poder instar as autoridades competentes. Mas eu acho ótimo se a gente puder pensar nisso, junto com a OAB, para a gente é ótimo.

01:05:46 Carlos Sanseverino: Ficou à disposição para falar com o departamento jurídico.

01:05:51 Naiana Lanza: Pessoal, só para não ficar um debate, só para a gente lembrar do regimento, que não são permitidas palavras a parte da fala da secretária, só para a gente não perder o foco do debate. De repente, depois, se quiser trazer complementações, Leduc, só para a gente seguir aqui, pode ser?

01:06:09 Natália Resende: E a gente tem uma pauta de energia hoje, é biometano mas a gente pode até falar um pouquinho também da parte de elétrica. Então, vou acabar aqui, a gente discute...

01:06:18 Marcelo Manara: Desculpa, mas eu só vou abordar uma questão de ordem na fala do Sanseverino. Parece que ele fez um encaminhamento sugerindo que só a OAB, mas eu sei o CONSEMA participe dessa manifestação, só para guardar isso, que fica registrado em ata. Acho que foi esse o encaminhamento.

01:06:32 Carlos Sanseverino: Perfeito, essa é a ideia, que haja uma manifestação coletiva, do conselho mesmo.

01:06:36 Natália Resende: Eu acho ótimo. A gente prepara uma moção, pode ser? A gente prepara, então. Que é muita coisa que a gente mandou, a gente tenta resumir numa moção e aí faz referência aos ofícios, enfim, aí a gente traz, a gente circula também. Ótimo. O Manara, dar os parabéns, na verdade, Manara, por todos os prêmios vocês têm ganhado lá, e também lembrar que a gente já tinha conversado muito sobre isso, para São José dos Campos ser também referência, e o primeiro aqui no Brasil em saneamento inteligente, que a gente tem trabalhado muito lá também para a questão de IoT, essa informatização, que tem vários desafios, a gente sabe, mas para a gente, a gente tem avançado muito em paralelo. Então parabéns para toda a gestão, parabéns para o prefeito também. O Crepaldi falou da questão da província de Sichuan, também a gente está à disposição. Para a gente é ótimo, a gente tem tentado fazer vários benchmarks. A gente fez recentemente com o Japão, com a China também vai ser ótimo, a gente está super à disposição. Aí depois, só combinar direitinho, SEMIL, Cetesb, como ficar melhor. A questão da escassez, a gente vem trabalhando em diversas frentes, tanto de obras para nova água, que a gente chama, como foi a questão de Itapanhaú, que eu comentei, Taiaçupeba-Billings também, que é muito importante, que vai crescer 4 mil litros por segundo até o final do ano que vem. As expansões das ETAs, também, na Rio Grande, que foi 400 litros por segundo, 500 litros até o final do ano que vem e várias obras estruturantes para a gente, de fato, ter cada vez mais resiliência hídrica no nosso Estado. A questão também das operações, de melhorar, e aí, desde agosto até agora, a gente fez uma economia de 57 bilhões de litros de água, dão 10 milhões de pessoas ali por mês que a gente consegue abastecer quando a gente faz essa economia. Planos de redução de perdas também, que aumentou em 60%, a gente aumentou, a média era de 470 milhões na área da Sabesp, vai pular para 7,2 bi até 2029, então 60% a mais. De fato, precisava. E a parte também de restauração, a gente, desde 2023 já restaurou mais de 30 mil hectares, tem no Painel Verde também todo o acompanhamento. Temos, cada vez mais tentado dar escala, seja via Fundação Florestal. E aí, junto com essa parte que a Victória está aqui, sabe mais que ninguém de bioeconomia, de crédito de carbono, de biodiversidade, que a gente está olhando também, junto com a questão do Fina Clima, os acordos que a gente está fazendo, a proteção também, que acho que é importante a gente falar. Na reunião passada, acho que foi mencionada a questão do parque em Cotia, do Parque Estadual, que a gente fez essa reconfiguração maior do que a área do Cantareira, mais de 10 mil hectares, é importante. Era um pleito de muito tempo, desde a década de 70, a gente, de fato, concretizou. Isso ajuda também, porque é um manancial importante. Lá dentro, a gente tem a produção que abastece 400 mil pessoas ali na região, em Cotia. Também temos olhado para essa vertente, então é uma série de frentes que a gente tem feito de forma muito coordenada dentro da estratégia climática do Estado, para a gente conseguir olhar o curto, médio, longo prazo. Tem coisa que não vai ser do dia pra noite, como você falou, mas que a gente está fazendo de forma bem planejada aqui. Eu concordo, eu sempre tento aqui, na nossa comunicação. A parte de resíduos também, a gente tem avançado, seja nas capacitações, junto com o pessoal da USP e mais de 350 municípios que a gente está

fazendo para ajudar em todo o ciclo, coleta seletiva. A gente está fazendo isso muito dentro do Integra Tietê e também com os três blocos que a gente começou, o primeiro ciclo que a gente está falando para poder olhar ali, principalmente a destinação, e aí fazer mais compostagem, reciclagem, mais biometano, que a gente vai ver aqui também. Amanhã mesmo eu vou estar em Pedreira, vou falar um pouquinho lá com o pessoal do Consimares, Região Metropolitana de Campinas, para poder fazer uma atualização, é um dos blocos que a gente está tratando, e tudo alinhado internamente, com Secretaria de Habitação também. Então, quem toca a parte de resíduos é a SEMIL, claro, com o apoio dos diversos órgãos aqui do Estado, com planejamento, e aí com toda essa interação com os colegiados também. Então, só para deixar claro que isso não tem dúvida. O Belô, parabéns, Belô, por toda a trajetória e todo o trabalho. Sucesso, tenho certeza que você vai desempenhar um trabalho excelente onde você estiver e espero que você sempre continue aqui também conosco, seja aqui, seja enquanto SOS, ou não, na forma com que você entender que é melhor também para sua vida pessoalmente, a gente fica sempre feliz de tê-lo aqui, então vou dar um até breve concordando com você. É um prazer imenso ter te conhecido, viu? Fico sempre à disposição, a gente sempre quer ter a sua contribuição onde quer que você esteja. O Andrés falou da questão de logística reversa, vários pontos que a gente inclusive já marcou uma reunião para tratar disso, especificamente no dia 09, com o Jônatas, o Cristiano, o pessoal da CETESB também. Depois vou pedir para a Mayla falar um pouquinho, que eu acho que é importante a gente compartilhar tudo o que vem sendo feito, porque a gente tem uma gestão muito técnica aqui no Estado, a CETESB tem uma gestão muito técnica. A gente se orgulha muito disso, porque a gente está aqui enquanto servidor público, independentemente de governos, para fazer o que é correto, o que tiver que ser corrigido, a gente sempre corrige. E o que eu acho importante de forma geral, a gente ter respeito. Respeito é uma palavra tão importante e eu acho que a gente precisa sempre nas falas, no trabalho, na interação, ter respeito. Então é uma coisa que eu sempre peço, que eu sempre tento, que eu aprendi desde pequeninha com a minha família e que eu acho que nós precisamos ter respeito. E com respeito a gente constrói boas políticas públicas e aprimora tudo o que tem que ser aprimorado. Depois, Mayla, você me complementa, deixa eu só acabar aqui a minha listinha. Um compromisso que a gente fez, que eu queria deixar, que a gente vai mandar também, quando a gente abrir, mas já para informar que na sexta-feira agora a gente vai abrir aquela tomada de subsídio sobre logística reversa que a gente tinha combinado na penúltima reunião de avisar. Então a gente vai abrir sexta-feira a tomada de subsídio. Peço, convido a todos que participem. Normalmente a gente deixa 30 dias. Como é fim de ano, a gente vai estender um pouquinho. Então a gente vai deixar até 30 de janeiro para todo mundo participar, enfim, a gente quer contribuições, a gente quer melhorar nessa área, a gente quer fazer de forma técnica, com participação, com todo mundo junto, opinando. Então, sexta-feira a gente vai abrir, está lá, vamos deixar lá no site da Secretaria. O Paulo, dar parabéns aqui pelo aniversário também. Parabéns, Paulo. Tudo de bom na vida, muito sucesso. O Fina Clima até ganhou, você ganhou de presente uma diretora de bioeconomia. Parabéns, Victória, a gente fica muito feliz, muito satisfeita de tê-la agora enquanto diretora, já fez um trabalho incrível lá no Juçara também, né? A gente começou com 98 famílias, está chegando em 300, se eu não estou enganada, né? E é um programa que a gente se orgulha muito. Então também vai desempenhar a questão da certificação, claro, tem todos os cuidados que a Fundação já vem fazendo, olhando questões internacionais. Depois a gente traz atualizado aqui no CONSEMA, Victória, já deixando aqui nossos parabéns também para você. E o Fina Clima, Paulo, também, depois se tiver alguma contribuição específica, a gente quer de fato que ele seja referência. Então, é um instrumento muito importante para a gente, e a gente

tem tentado cada vez dar mais escala nessa questão de biodiversidade e restauração e a gente agradece também as contribuições. O conselheiro Antonio falou aqui da restauração lá no Pontal, a gente agradece muito, a gente quer também a contribuição de vocês, então se a gente puder se unir, fazer esse esforço conjunto para a gente fazer mais restauração ali, seja via Fina Clima, seja pelas iniciativas que a gente já está fazendo, como a que a gente começou lá com o pessoal da Astrazeneca, enquanto apoio técnico, recurso 100% privado para restauração de 6 mil hectares, 12 milhões de árvores. A Lara falou no Verão do Clima, só para reiterar também que dia 08 estarei lá com vocês. O Rafael é uma pessoa que eu adoro conversar, que eu sempre tenho uma satisfação imensa de ver os trabalhos, as publicações. Obrigada Rafael, por todo trabalho que você desempenha. Todo trabalho do IPA também, do nosso querido Nalon, a Giselda. Eu fiquei fã mesmo. Recomendo a todos que conheçam trabalhos, publicações. Ela me deu vários papeizinhos, eu já li. Muito interessante os trabalhos, acho que é uma coisa que a gente tem que valorizar. E eu até combinei com ela, com o Nalon também, da gente mostrar mais, a gente precisa mostrar mais isso, precisa premiar. A gente precisa mostrar como é que essas pesquisas aplicadas ajudam a gente. O trabalho lá com braquiária que ela está fazendo, que eu também nasci vendo o tanto que a braquiária prejudica de forma geral a biodiversidade, mas pode sim contribuir, por exemplo, para engorda do gado, que é o que ela está fazendo lá, e vendo a melhoria da biodiversidade, de 20% que ela me falou em determinadas regiões, é maravilhoso. Então é uma coisa que a gente tem que falar e mostrar mais. E parabéns também pelo seu trabalho. A Amanda também, agradecer muito a Amanda, do trabalho seu, da PGE. A gente tem um orgulho danado de vocês. Esse acordo São Paulo Mais Verde também, eu acredito muito, acho que é algo que vai ser muito referência aqui em São Paulo e que já tenha alcançado resultados muito concretos. Então, parabéns também pelo trabalho. Parabéns para o nosso querido policiamento ambiental, nosso Coronel, Comandante, 76 anos que a gente comemorou semana passada, e o trabalho também, o trabalho que é essencial, A gente fica muito feliz de tê-los aqui conosco e a gente quer fazer muito mais. E essa interação para a gente é muito importante, muito. Então conta com a gente sempre que precisar, a gente vai estar juntos em campo, lá na ponta da linha e com a segurança de que a gente tem a nossa polícia ambiental ao nosso lado. Obrigada e parabéns também pelo trabalho. O Rodrigo falou aqui da Operação Verão. No sábado a gente vai estar em Bertioga também, junto com o governador, porque a gente tem feito muito integrada essa operação verão, junto com a segurança, também as nossas travessias, Fundação Florestal, Sabesp, no Litoral, por conta de abastecimento de água e todos os órgãos, comunicação, enfim, saneamento, recursos hídricos, de forma com que a gente tenha essa integração e com educação ambiental, com conscientização, e aí, de uma forma organizada aqui dentro do Estado, como a gente está fazendo. Então, quem quiser acompanhar também fica aqui o convite e a gente vai estar 10 horas lá em Bertioga para falar de Operação Verão no sábado. Mayla, por favor.

01:19:11 Mayla Fukushima: Bom dia a todos. Eu acho que é importante esclarecer em relação à questão do Licenciamento Ambiental Municipal, trazido pelo conselheiro Andrés. Esse assunto já veio de outra vez, em outro momento no CONSEMA isso já foi levantado, já foi discutido aqui, mas a gente retorna, então, a mais um esclarecimento. Nesse caso que foi levantado pelo conselheiro Andrés, isso está previsto na Lei Complementar 140, a possibilidade de delegação mediante convênio, mediante assinatura, firmamento de acordos de cooperação técnica. Então, só para exemplificar e todos entenderem: o Ibama, ele também firma uma série de acordos de cooperação técnica com os Estados. A gente tem recebido muitos projetos para Licenciamento no Estado, mas que são de competência federal, de

acordo com a legislação. O Ibama, mediante a uma avaliação técnica, pergunta para a CETESB se a CETESB tem interesse em licenciar aquele empreendimento aqui em São Paulo. A CETESB faz uma análise e então responde para o Ibama. Se a resposta for positiva, a gente afirma um acordo de cooperação técnica. A mesma coisa é feita com os municípios ou consórcios públicos, intermunicipais, públicos, para fazer o licenciamento municipal. Então, a CETESB tem feito alguns, tem firmado alguns acordos de cooperação técnica, mas isso só é feito após uma avaliação da conveniência e oportunidade de recepcionar, do município recepcionar esses licenciamentos. Então, isso, reiterando, é previsto na Lei 140, no artigo 5º, então é uma previsão legal. A CETESB tem feito alguns acordos e tem acompanhado esses acordos de cooperação técnica junto aos municípios, porque também, nesses acordos, tem essas cláusulas, essas previsões da gente acompanhar junto ao município, todo o ano o município tem que apresentar um relatório de acompanhamento das suas atividades perante aquele licenciamento, ele submete esse relatório anualmente à CETESB, a CETESB olha e também, independente da ação fiscalizatória do município, do município que está fazendo, está recebendo seu licenciamento, a CETESB também pode fazer essa fiscalização. Então, a CETESB entende que isso é uma ação importante também para fortalecer o licenciamento no município e aumentar a fiscalização no Estado. Então, a CETESB tem reforçado o Licenciamento Ambiental Municipal. E lembrando que a gente tem um programa para capacitação contínua dos órgãos de meio ambiente do município. Ano que vem a gente também vai continuar com essa ação, esse ano esse projeto capacitou uma série de municípios no estado para o licenciamento em diversos temas. Então, eu acho que a gente só queria esclarecer mais uma vez esse assunto e a gente está à disposição para esclarecimentos. O conselheiro Andrés vai encaminhar isso formalmente para a CETESB, e a CETESB vai responder então formalmente ao conselheiro e ao CONSEMA. Obrigada.

01:23:01 Naiana Lanza: Obrigada, Mayla, pelos esclarecimentos. Então agora nós passamos a Ordem do Dia. Então, como primeiro ponto de pauta, nós temos a apreciação do Relatório de Qualidade Ambiental, RQA. É uma tradição aqui essa apreciação no mês de dezembro. Então eu convido para fazer uso da palavra, que vai fazer a apresentação, o senhor César Juliano dos Santos Alves, que é do Departamento de Diagnósticos Ambientais, da Diretoria de Planejamento Ambiental da SEMIL, que vai apresentar o RQA. César, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA. Enquanto ele se organiza ali, só passando um informe também, que para aqueles que nos acompanham virtualmente e também aqui presencialmente no plenário, que todos os documentos referentes, que estão sendo apreciados aqui hoje nessa plenária, eles estão disponíveis no site do CONSEMA e, posteriormente, as apresentações também ficam disponíveis. Então César, por favor, quando quiser, fique à vontade. Obrigada, pessoal, o relatório está em votação.

01:24:06 César Juliano dos Santos Alves (DPLA): Bom dia a todos e a todas. Hoje eu estou nessa missão de apresentar o RQA, o Relatório de Qualidade Ambiental de 2025 do ano base, com as informações do ano base de 2024. E quero, antes de começar a apresentação aqui do conteúdo, então, toda a equipe elaborou um conteúdo, mas para trazer o panorama geral do relatório, ele é um relatório muito extenso, como é apresentado todos os últimos anos. E eu quero começar agradecendo a toda equipe do departamento esse ano pelo acolhimento, é o primeiro que eu estou trabalhando, que eu integrei ao departamento. Agradeço muito a oportunidade também de estar integrando a equipe da DPLA. Um trabalho realmente extenso, já com uma metodologia, então foi muito prazeroso ter acompanhado e estar junto nesse processo. Antes um leitor, agora um produtor, um dos produtores de

conteúdo. Agradeço também a toda a diretoria por todo apoio, suporte e também os colaboradores. Esse ano nós contabilizamos mais de 200 colaboradores e colaboradoras dos diversos setores, então é realmente um trabalho feito com muitas mãos, principalmente o pessoal que produz o conteúdo, que cuida dos indicadores, das políticas públicas. Então, aqui a gente vai mostrar alguns destaques, algumas informações novas desse ano, mas realmente é um trabalho muito dedicado de todos, de todo o sistema. E eu quero agradecer também a toda essa dedicação. Bom, a base legal do RQA é a Política Estadual de Meio Ambiente, então desde 97 que é a ideia de consolidação dos relatórios anuais da Casa. Então, desde então esse é o produto do relatório. E como hoje, no dia de hoje, a apreciação anual do CONSEMA. Os objetivos do relatório, como já apresentado todos os anos, é acompanhar a evolução da qualidade ambiental do Estado, sistematizar essas informações subsidiando as análises de tomada de decisões e da elaboração das políticas públicas, dar transparência a essas informações. Então, esse é um ponto que sempre é colocado em voga, sempre relevante do RQA, a transparência dessas informações, dos dados públicos, de todas as instituições que fazem parte do relatório, e contribuir também com a consciência dos dados produzidos. Então, esse é um dos trabalhos também muito importante da equipe em relação a ter toda a consistência. Então, de fato, há uma checagem muito dedicada de todos os dados apresentados no ano, junto com as áreas. Então, realmente os dados que constam no relatório são dados sempre checados e validados por todos os setores para poder constar no relatório anualmente. Da estrutura do relatório, ele consolida as informações oficiais produzidas pelos diversos órgãos já mencionados. Então, com os critérios de serem dados públicos, de ter uma atualização periódica. Então, como esse ano a gente trabalhou com a base de 2024, poucos os dados não foram atualizados para a base de 2024, então alguns dados que não tem essa periodicidade anual, mas da caracterização dos censos, alguns são, a grande maioria dos dados estão contando com a base de 2024. E essa unidade de análise é o próprio Estado, a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a UGRHI, então esse é o principal recorte geográfico que a gente tem da análise dos dados em todo RQA, e o município. Então, alguns dados a gente mantém uma base histórica de, pelo menos, dez anos, para que o leitor também consiga ver o histórico desse monitoramento, dessas informações, ao mesmo tempo que a gente coloca as informações atualizadas, e também a apresentação de iniciativas estaduais para melhoria da qualidade ambiental, que compõe o capítulo 4 do RQA. Da estrutura do relatório do RQA 2025, nós contamos com 45 pontos focais esse ano, então 15 áreas da SEMIL, tanto de departamentos, de setores que, mais uma vez, obrigado por toda essa participação. Também as secretarias, como a Secretaria de Agricultura e as instituições vinculadas, como a Fundação, a CETESB, são muito importantes nessa produção de conteúdo. Nós temos contabilizados também 158 indicadores esse ano sendo trabalhados, dentro do RQA, 66 iniciativas ambientais e mais de 500 páginas de relatório, então um relatório muito extenso. E o RQA ele tem, já é um processo, então esse ano deu para entender claramente, que já é um processo constituído há muito tempo, então existe todo um padrão quase que de projeto realmente do RQA, então todo ano, basicamente a gente senta, faz um plano de trabalho, estrutura como vai ser a elaboração do RQA naquele ano, etapas, cronograma. Então, basicamente é um projeto anual que se consolida com o produto, que é o relatório aqui apresentado. Então, essas são algumas etapas, então a articulação da equipe com as diversas áreas, em vários temas. Então, como já mencionei, mais de 200 colaboradores esse ano, a obtenção e sistematização desses dados, que é uma parte fundamental, eu acho que é o que demanda mais energia da equipe, junto com a revisão e avaliação desses dados, e a consolidação e adequação do conteúdo, a consolidação do próprio relatório em si. E esse ano a gente também focou, além do conteúdo, também na

forma, aprimorar um pouco mais a forma, tanto a padronização pelas normas vigentes. Então, até agradecer a Margot da biblioteca da CETESB, que ajudou muito a gente a trazer com mais luz às questões das normas da ABNT, do IBGE, VOLP. Então também é uma questão em que a gente se preocupa não só com o conteúdo, mas também a forma como a gente apresenta esse conteúdo, tentando sempre, a cada ano, aprimorar um pouco mais esse formato do relatório. E a estrutura do conteúdo, então, apresentado em quatro capítulos. Introdução. Um segundo capítulo, que é a caracterização do Estado de São Paulo. Então aqui um retrato das informações do Estado, tanto das bacias hidrográficas, das demandas territoriais, demográficas, sociais e econômicas. O terceiro capítulo é o diagnóstico ambiental. Então, aqui sim, o capítulo que apresenta a grande maioria dos indicadores desse monitoramento, que já é feito ao longo de todos os relatórios. E o quarto capítulo, que é o capítulo dos planos, programas e projetos, então, com as iniciativas ambientais, onde tem os diversos programas, os responsáveis por toda essa política de promover a qualidade, então, com os resultados do ano base de 2024. Então da caracterização, a gente começa sempre falando da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que é a unidade geográfica que a gente usa para a elaboração dos dados, a sistematização dos dados, que é uma base que a gente comumente usa na parte ambiental. Então, essa primeira formação esse ano, como normalmente a gente expõe, divide cada UGRHI e apresenta as características gerais de cada UGRHI, esse ano a gente trouxe um conteúdo novo, que foi também a apresentação dos dados do Zoneamento Ecológico Econômico, integrando também a caracterização geral das UGRHIS. Foi um trabalho bem bacana, um trabalho também de uma tentativa de integração maior de outros instrumentos de políticas públicas da casa junto ao relatório. E agradecer também o pessoal aqui da equipe da própria DPLA, que conseguiu trazer a metodologia do ZEE e, com a mesma metodologia, também os dados em relação às UGRHIS, porque comumente é utilizado mais os municípios, as zonas, e conseguiu consolidar essas informações também por essa unidade geográfica das UGRHIS. Então, todas as UGRHIS têm os resultados das Cartas Sínteses do Zoneamento Ecológico e Econômico esse ano. E na caracterização da dinâmica territorial, aqui é um dos exemplos do conteúdo, que vocês vão poder observar dentro do RQA, então são os instrumentos de ordenamento territorial, e aqui uma representação também do Zoneamento, onde a gente especifica melhor o conteúdo do ZEE nessa parte. Da dinâmica demográfica e social, também do segundo capítulo da caracterização, um dos dados, por exemplo, da densidade demográfica, mas nós temos outros dados que a gente apresenta dentro da dinâmica de índice, de indicadores e PDM, que são presentes e a maior parte deles atualizados para 2024. E da dinâmica econômica, a gente trouxe aqui, a equipe elencou um dos dados, então, a gente apresenta as informações mais recentes de PIB, de vários indicadores econômicos do Estado, e a gente trouxe o dado da PIESP, da Pesquisa de Investimentos do SEADE Investimentos, que já é um dado acompanhado historicamente, e é um dos dados que, em 2024, a gente teve um aumento nos anúncios de investimentos do Estado, em 2024, principalmente na questão de infraestrutura. Então, é um dado que está sendo refletido aqui na composição da dinâmica econômica. E no diagnóstico ambiental, que é o nosso capítulo três, então, também nós trouxemos alguns dados para representar o que está contido dentro do relatório. Então nós trabalhamos seis, alguns temas ao longo do capítulo três. O primeiro tema é a água, então a maior parte da produção desses dados de indicadores vem da CETESB, da Subsecretaria de Recursos Hídricos. Então, como já mostrado em anos anteriores, a gente tem, por exemplo, o indicador de potabilidade das águas subterrâneas, o IPAs. Então todos os dados normalmente apresentados dentro da sua série histórica e também os dados atuais do ano base de 2024. Então também, do ponto de vista da água, do tema água, o IQA, o Indicador

de Qualidade Ambiental também está presente esse ano no relatório. O dado de balneabilidade de praias litorâneas também, dentro da sua série histórica, para essa base de comparação, das informações ao longo dos anos disponibilizado pela CETESB. Aqui também a gente tem os dados de vazão outorgada de água por finalidade de uso no Estado em 2024. E aqui é um exemplo também como trazido de outros anos, de algumas mudanças também de padrão de metodologia de coleta e obtenção de dados das diversas áreas. Então, esse é um dado que, como houve uma alteração no padrão da SP Águas de coleta dessa informação, então a gente teve tanto um dado mais acurado em relação a essa questão de vazão de outorga e obtenção de outorga. E a gente teve uma troca, na verdade, de UGRHI em relação ao percentual de vazão outorgada. Então, antes, a UGRHI 5 aparecia com uma maior porcentagem, e hoje nesse novo padrão metodológico, a gente tem a UGRHI 6 apresentando um padrão, um percentual de vazão maior entre as UGRHIS. No tema saneamento ambiental, então, também trazendo como os outros anos dos relatórios, o atendimento da população em relação a rede de abastecimento de água do estado, os dados trazido pelo Sistema Nacional, pelo SINISA. Então, a maior parte das representações, quando possível, a gente coloca tanto a representação espacial e temporal também. Então a gente trouxe hoje mais os mapas para demonstrar essas representações. O ICTEM também, o Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgoto também é representado espacialmente para análise do leitor. O IGR, também é outro dado que nós trazemos dentro desse tema saneamento ambiental. E esse ano também nós trouxemos uma informação nova, que é em relação ao painel de monitoramento das Harbor Viroses. Então é um dado que, em 2023, começou a ser consolidado em nível nacional, e por essa questão de consolidação do dado, de confiabilidade do dado, dá um dado mais conciso, consistente, então a gente começou a trazer, a partir de 2023, então, esse dado, o que trouxe de assim, que é bem expressivo o número de casos de dengue que realmente, em 2024 a gente teve uma alta bem significativa, e vai ser importante monitorar esse dado ao longo dos anos, que a equipe entendeu ter tudo a ver com os demais indicadores que são trazidos pelo RQA. Da parte de biodiversidade, então, a gente sempre começa falando do inventário florestal, o trabalho do INPE em relação ao inventário florestal, que também é uma das bases de análise para a parte de biodiversidade, então da cobertura vegetal do Estado de São Paulo. Da parte de fauna também, a gente teve um trabalho bem interessante esse ano com a DBB, para a sistematização dessas informações de fauna. Um trabalho ali junto com a diretora da Patrícia, bem intenso, com muitas informações e aqui, só para exemplificar, os números de indivíduos de espécies, então, recebidos pelo CETRAS, e também a origem desses animais, de acordo com os dados dos próprios CETRAS. Então, dá para ver que o trabalho bem expressivo em cima de aves, ainda a questão de resgate e apreensão, a origem de maior volume para o trabalho junto com a equipe de fauna. Os dados de fiscalização também estão bem presentes, expressivos, dentro do relatório, como todos os anos. Então a gente quis trazer aqui um dos dados, por exemplo, de autuações consolidadas no ano de 2024, então também com uma representação especial para gente ter a ideia de intensidade em cada região. Então, com destaque ainda a flora, fauna e pesca, ainda são os tipos, as classes mais expressivas, esses dados de autuação. E a questão do incêndio florestal também nós trouxemos, porque acho que ano passado foi um dos temas mais, que saiu fora da curva, toda a questão da estiagem, toda a situação climática no Estado no ano passado. Então, realmente pelos números e os dados fornecidos aqui pela DPFA, em relação aos focos de incêndios do INPE, então realmente a gente teve um número bem fora da curva no passado, que acho que representa bastante o que foi esse período de estiagem no ano de 2024. E o mapa dos incêndios florestais detectados por satélite, então também mais uma informação do INPE. E para quem

acompanhou no passado, a Arlete, que fez a apresentação, falou que esse ano possivelmente a gente ia ter um mapa mais expressivo, porque ele já estava ali no momento. E realmente, esse é o resultado da consolidação das informações, vendo o interior como acima de 20 focos, e então realmente foi um trabalho bem intenso em relação a incêndios florestais ano passado. Isso também reflete na qualidade do ar, então é outro tema trabalhado no RQA, no diagnóstico. Então, alguns dados também que a gente trouxe da qualidade do ar. Então, em relação, por exemplo, às partículas inaláveis em dias desfavoráveis, dá para ver que teve um aumento em 2024, tudo em relação a esses períodos, até de massas que vieram de fora de São Paulo. Então isso refletiu também nos dados apresentados esse ano, tanto na questão das partículas inaláveis, quanto também na questão de ozônio, ultrapassagem do padrão não foi tão relevante quanto de partículas inaláveis, mas também é um dado que aumentou por conta dessas condições de 2024. A gente também trabalha o tema energia, então a gente trouxe um dos dados também trabalhados no RQA, que é o consumo dos principais energéticos pelos municípios no Estado em 2024. Então, desses energéticos, energia elétrica, gás natural, gás comprimido, derivados de petróleo e etanol hidratado. E aqui dá para ver bem as concentrações maiores nos municípios no consumo energético. Também a gente tem trabalhos com o tema solo e mineração, as questões de desastres. Então todas essas informações também estão contidas no relatório. No capítulo quatro, então, a gente tem a descrição das iniciativas ambientais, então um trabalho que a equipe também tem em relação a todo mundo, a todos os setores, as diretorias e departamentos são responsáveis por essas políticas públicas. Então, desde o ano passado, a equipe reformulou a forma de coleta dessas informações a partir de um modelo de ficha. Então, esse ano a gente manteve essa forma, até para também manter o padrão de análise das informações nos próximos anos, só adicionando um campo a mais, que é a área de abrangência da política pública. E então, além do que já foi criado no passado, a gente teve também esse campo novo e foi bem interessante a resposta a gente conseguiu a partir das respostas de cada área, tanto os principais temas que normalmente aparecem como os temas da política aqui, que trata a política pública, biodiversidade, educação ambiental, clima, fiscalização. Então aqui é um apanhado do que mais aparece como tema, ou tema relacionado a aquela política pública, aquele programa, aquele plano. Quanto à área de abrangência das 66 iniciativas, 42 delas têm abrangência estadual. Então, seja pela legislação que cria, trabalha o Estado como um todo, 22 têm uma abrangência regional, ou trabalha com elemento específico da paisagem ou, por exemplo, os trabalhos das Unidades de Conservação, que às vezes são concentrado em alguns territórios específicos, e dos dois programas com uma abrangência local, como o trabalho com o mico caiçara, ali na região de Cananéia, uma espécie endêmica, então o trabalho focado na região, ou o meliponário da DBB, que ainda está localizado dentro do Fontes do Ipiranga, então ainda um trabalho local. E aqui nós trouxemos alguns exemplos desses programas, desses planos. Dos 42 apresentados, a gente tem como exemplo dessa abrangência estadual o PEARC, o programa Município VerdeAzul, Refloresta, o SP Sem Fogo, o Portal de Educação Ambiental, o Programa Biota Síntese, o Programa Rios Vivos, Sigor. Então, são todos programas que estão constantes dentro do RQA com uma abrangência regional, exemplo, o próprio GERCO, que é o Gerenciamento Costeiro, o Pró Juçara, da Fundação Florestal, Integra Tietê, que trabalha com o Tietê e os afluentes, os PACs, que é trabalhado pela DBB que, esse em especial, do Cinturão Verde de São Paulo, o PSA Guardiões das Florestas também, que é dedicado às terras indígenas, dentro ou na Zona de Amortecimento das Unidades de conservação. E aqui um exemplo desse programa local, que é o programa de conservação do Mico Leão da Cara Preta, que é conhecido também como o Mico Caiçara, ali da região do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia.

Então um trabalho bem especificado a esse tipo de espécie. E aqui, para finalizar, a parte do Relatório de Qualidade Ambiental, também trouxemos alguns exemplos de informações contidas nesse Capítulo 4 como resultados. Então, as áreas apresentam os resultados do ano vigente do ano base. Então, por exemplo, o programa Nascentes, com os resultados em relação às áreas prioritárias de acordo com a resolução SEMIL 02/2024, e os projetos, então, tanto a quantidade de projetos aprovados à disposição, quanto o tipo de área. Então, se está numa área prioritária muito alta, então a maior parte dos projetos estão constantes dentro de áreas denominadas muito alta na prioridade para restauração ecológica. Aqui um outro resultado também do Mais, que é o monitoramento por imagens de satélites da DPFA. Então, a quantidade de denúncias e autuações detectadas por esse monitoramento, e que se consagraram em autuações ou verificações em campo, então dá para ver também pela dinâmica espacial onde mais ocorreu esse tipo de trabalho. E aqui dois dados também importantes, e aí agradecer também ao pessoal da Secretaria de Agricultura. Esse ano a gente teve uma interação muito positiva com os técnicos, coordenadores, o pessoal de muito fácil acesso conseguiu produzir algumas informações, principalmente do Programa de Vigilância dos Agrotóxicos e Afins, que mostra o número de fiscalizações realizadas em relação a esse programa, com foco principal na questão do comércio e do uso do agrotóxico nas propriedades rurais. Então, aí também, com o início da série histórica, a gente está até acompanhando. Não tem os dados de dez ano, mas os dados que o programa nos conseguiu fornecer. E o Cadastro Ambiental Rural também esse ano, trazendo algumas informações que já estão consolidadas, publicadas dentro do Sicar, tanto das propriedades sem passivo, com passivo, quanto as validações realizadas pelo programa entre 2023 e 2024. Da disponibilização do RQA, então, a gente tem a página da própria SEMIL, está numa aba de relatórios. Depois, se eu tiver mais cinco minutos, depois, eu queria ver se a gente conseguia mostrar. Nós também temos um ambiente dentro do Datageo, então todas as informações trabalhadas no RQA, a gente cria um ambiente específico no Datageo para que o leitor, para quem tiver interessado, consiga pesquisar as informações geográficas já toda estruturada com o tema RQA. E também a gente tem, desde o ano passado, eu acho que foi falado um pouco do painel RQA, mas não teve a oportunidade de mostrar. Mas esse ano também nós vamos lançar, junto com o relatório, também a atualização do painel RQA. Então, um Dashboard, é um BI com as com algumas das informações, então ele não contempla todas as informações do RQA, são colocadas mais as informações que a gente consegue filtrar por municípios. Então, a ideia é trazer mais interatividade para o pessoal que queira analisar, queira visualizar as informações de maneira mais integrada. Então é uma boa oportunidade junto ao painel RQA para ter também essa experiência de visualização das informações do relatório. O painel fica junto com a página dos relatórios, então é bem fácil acesso, bem tranquilo de acessar, é um trabalho também dedicado de equipe para cada vez mais trazer ferramentas mais dinâmicas e interativas para que o público possa consumir as informações. Então, aqui só algumas visualizações das telas de como fazer as filtragens, as explicações. Então tem alguns dados que a gente consegue manter o histórico do dado também dentro do painel, bem legal para poder visualizar espacialmente essas informações. E aqui a disponibilidade do painel também, um QRCode. Esse ano a gente está tentando trazer também para o relatório mais interações em relação a links clicáveis, QR Code, para que também o relatório seja um ponto ali de facilidade de acesso às informações que o compõe. Então, também no intuito de promover todas essas ações e interagir mais com todo esse produto, com toda essa qualidade de informações que a gente tem em mãos. E é isso pessoal, eu vou deixar por aqui, caso alguém queira escanear o QRCode, se bem que agora eu vou ter que mostrar o painel. Eu conseguiria ter cinco minutos? Um minutinho, só para

apresentar. Então, essa página constante na SEMIL, então, para quem entrar na página SEMIL, na aba Dados Setoriais, vai ter ali todo o Relatório de Qualidade Ambiental entrando nessa página. Então aqui tem todas as informações, os relatórios anteriores também do RQA. E aí aqui a gente tem essas abas, todas as explicações. Então, quando o RQA estiver à disposição, vai estar aqui nessa aba. E aí o painel, só para mostrar onde acessar, não vou entrar porque tem bastante interatividade, mas também para quem quiser acessar o painel, pode acessar por aqui. E fica o convite para navegar e poder visualizar essas informações todas do relatório. Muito obrigado pessoal.

01:54:00 Naiana Lanza: Muito obrigada, César. Então, agora a gente vai abrir a palavra para os conselheiros, para quem quiser tirar dúvidas, questões. Primeiramente aqui Victorino. No plenário, temos mais alguém que gostaria de se manifestar além do Victorino? Não. Ok, deixa eu ver se online temos alguém. Online, Paulo Nelson. Então, acho que a gente pode começar aqui com o Victorino e, se caso mais alguém se inscrever, a gente vai chamando. Por favor, Victorino.

01:54:29 Eduardo Victorino: Obrigado. César, parabéns pela apresentação. Cesinha, viu, secretária, foi parceirão lá no Juqueri. Ele era da Fundação Florestal, agora está com uma nova atividade, né? Está toda a galera aí. O Cesinha é daqueles que é guerreiro de campo também, viu? Então, César, é só uma sugestão, não sei se cabe aí ou não no diagnóstico ambiental, o problema de tombamento de cargas nas estradas das rodovias. A gente sabe que nosso maior transporte aqui é rodoviário, e nós temos batalhado muito com esse tema, inclusive, amanhã, aqui no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estarei aqui novamente, eu quero trazer esse tema, para a gente poder olhar principalmente cargas perigosas nas rodovias. É um tema que a subcomissão do Estado pode ajudá-lo com essas informações, e a gente percebe que esse é um problema muito sério quando tomba carga na rodovia, porque isso vai direto nos recursos hídricos. Nós ainda temos rodovias que não tem as caixas de coleta, que você pode retirar esse produto antes que ele chegue ao manancial. Em Mairiporã, nós temos um problema lá com a ponte que atravessa o rio Juqueri, onde os businox, que drenam a água de chuva, estão exatamente em cima do rio. Também trarei isso aqui amanhã na nossa reunião aqui do Conselho Estadual. Então fica uma sugestão que talvez seja importante, porque a gente tem tido muitas ocorrências e a Subcomissão de Estado de Transporte pode te ajudar com essas informações. Então fica uma sugestão aqui para você, e mais uma vez parabéns pela apresentação e pelo produto final que vocês chegaram aqui, e sucesso na nova empreitada.

01:56:26 Naiana Lanza: Obrigada, Victorino. Passo, então, a palavra ao conselheiro Paulo Nelson, que está on-line. Paulo Nelson pode falar, por favor.

01:56:48 Paulo Nelson: Primeiro, quero parabenizar pelo trabalho que foi apresentado. É sempre um trabalho de fôlego trazer esses indicadores. São questões fundamentais para que a gente possa ter realmente um panorama do que acontece com o Estado, os programas e os links. E é assim, uma questão muito mais interativa que eu aqui trago. Quer dizer, a gente tem no relatório uma possibilidade de ver os assuntos mais na linha do macro do que do micro. Quando você entra por esses detalhes, que é o único pedido que eu gostaria de saber, até pode ser até que exista e eu não esteja visualizando, criar os links para que a gente possa aprofundar os temas específicos. Por exemplo, típico que eu trago, por exemplo, balneabilidade, que ele trouxe os índices de balneabilidade, e parece que houve uma

melhora, e a gente não sente isso refletido no dia a dia do litoral. As praias, não me parece que tiveram essa melhora. A gente vê lá o nível de bandeira vermelha que a gente constata no litoral, me parece maior do que o índice apontou. Mas, como é que a gente pode, diante do relatório, criar links para que a gente possa acessar esses dados mais especificamente, até para entender de onde eles foram tirados e com quanta profundidade eles foram analisados. Mas parabéns pelo belo trabalho, e a gente sabe que o relatório não traz em si esse detalhamento, mas ele deve, pelo menos, indicar onde buscar esse detalhamento. Obrigado.

01:59:12 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Bom, voltando aqui para o plenário, secretário, gostaria de fazer algum comentário antes da gente passar para deliberação em relação ao RQA ou podemos seguir? Então tá bom, pessoal. Como de praxe, vamos então deliberar sobre a aprovação do relatório ambiental. Então, primeiramente gostaria de saber se tem alguém aqui que é contrário à aprovação do Relatório Anual de Qualidade Ambiental no plenário? Não. Online também não. Temos alguma abstenção? Não. Então, portanto, o Relatório de Qualidade Ambiental fica aprovado por unanimidade. Parabéns, pessoal. Então, seguindo aqui para o nosso próximo ponto de pauta, com esse olhar de atender às demandas dos conselheiros e também de fazer a integração entre os conselhos, trazendo a apresentação sobre o Planejamento Energético Estadual e os avanços da Agenda de Biometano no Estado de São Paulo. Para fazer o uso da palavra, eu convido a subsecretária de Energia e Mineração, a senhora Marisa Maia de Barros, que fará a apresentação. Marisa pode ficar ali no púlpito que fica melhor pra gente fazer a transmissão. Seja bem-vinda ao plenário do CONSEMA Marisa, obrigada pela presença.

02:01:03 Marisa Maia de Barros: Bom dia a todos. Queria cumprimentar a todos, em nome da secretária Natália Resende, que acompanha aqui a nossa reunião no dia de hoje. Cumprimentar também os meus colegas aqui das outras Secretarias, e os conselheiros. Registrar que eu estou aqui também com o Danilo Perecin, que é o nosso diretor de energia. Bom, o que a gente preparou aqui para vocês no dia de hoje? A secretária Natália comentou sobre o nosso trabalho em relação ao Plano Estadual de Energia, e o Biometano como estratégia para mitigação de gases de efeito estufa aqui no estado de São Paulo. Então a gente vem compartilhar exatamente esse ponto aqui, numa apresentação bem sucinta, mas que não se resume a isso. Então me coloco a inteira disposição, coloco toda equipe da Subsecretaria de Energia e Mineração à disposição para esclarecimentos sobre os assuntos que eu vou trazer aqui agora em síntese apertada. Bom, então para dar um contexto para vocês em relação ao Plano Estadual de Energia, onde ele se insere, o Estado de São Paulo assumiu um compromisso, junto à ONU, de percorrer um caminho *Race to Zero* em busca da neutralidade de carbono. O que é isso? Olhando tudo que a gente produz, tudo o que a gente consome, a gente alcançar uma balança de emissões líquidas zero até 2050. Então, dado esse compromisso do Estado de São Paulo, a gente elaborou o nosso Plano de Ação Climática, e, dentro desse contexto, vendo que o eixo da energia é um dos eixos do Plano de Ação Climática, a gente desenvolveu o Plano Estadual de Energia, e tudo dentro do contexto do que? Da estratégia climática do Estado de São Paulo, que envolve a mitigação e adaptação, a gente está olhando exatamente aqui para a mitigação. E para falar de mitigação, a gente precisa trazer aqui uma fotografia das emissões de gases de efeito estufa, e eu vou mostrar aqui em termos de CO₂ equivalente, de dióxido de carbono, gás carbônico, que considero todos os gases que contribuem com o efeito estufa em termos de dióxido de carbono, mas que não é só ele, temos os outros gases. E olhando para cá para a figura do

lado direito, a gente tem o perfil de emissões do país. Do lado direito, o perfil de emissões do Estado de São Paulo. Vejam bem, enquanto o Brasil tem mudança de uso da terra e florestas e a agropecuária muito fortemente contribuindo para essas emissões em termos médios, puxados pelo desmatamento, que não é o caso de São Paulo, o Estado de São Paulo tem uma contribuição importante do setor de transportes, 33%, comparado com 10% da média do Brasil, e também o setor de energia, 25%. Isso mostra que a gente tem que atuar fortemente, tanto na descarbonização do setor de transporte quanto na descarbonização da energia, mas sem deixar de olhar também para os outros setores que emitem, mas potencialmente as estratégias de mitigação no Plano de Energia olham prioritariamente esses dois setores: transporte e energia. E o que a gente fez? A gente trabalhou primeiramente com olhar estratégico. Então trabalhamos primeiro olhando para 2050 e elaboramos o Plano Estadual de Energia 2050, que é o primeiro plano de ente subnacional buscando neutralidade de carbono nesse horizonte de 2050. De todos os estados do Brasil, esse é o primeiro plano que a gente aprovou no Conselho Estadual de Política Energética, no ano passado, e a gente iniciou o trabalho tático olhando nos próximos dez anos, quais são os esforços em termos de medidas e ações para caminhar nesse rumo a neutralidade de carbono em 2050. Então, a gente vem desenvolvendo o Plano Paulista Decenal de Energia, tanto o Plano Estratégico quanto o Plano Tático baseado, tendo um pilar muito forte de participação social. Então, nós realizamos workshops tratando das premissas dos cenários macroeconômicos, das projeções de demanda, do consumo de energia, tanto no setor de transportes quanto energia para fins térmicos. Trabalhamos também na oferta para atender essa demanda e no balanço de emissões. Onde São Paulo está hoje e onde São Paulo estará, considerando as estratégias de mitigação que foram apresentadas em ambos os planos. E agora a gente caminha para consolidação das contribuições à consulta pública do Plano Paulista Decenal de Energia, que se encerra essa semana, e aí consolidando essas contribuições do Plano, nós submetemos o plano com essas alterações ao Conselho Estadual de Política Energética, que conta com outras secretarias de Estado, representantes da sociedade civil, representantes da academia, da Federação das Indústrias, da Federação dos Comércios, do Setor Agropecuário. E, com isso, a gente tem um instrumento que serve, tanto ao planejamento do Estado para a elaboração de políticas públicas, para a elaboração de planos, para construção de instrumentos, adoção de medidas e ações, olhando para essa perspectiva de redução de gases de efeito estufa. E também é um instrumento de previsibilidade para o mercado, porque esses investimentos, para alcançar essa neutralidade de carbono, virão essencialmente do setor privado. O setor público tem um esforço ali de investimentos, por exemplo, o investimento indireto, avançar em políticas públicas que tragam esse pilar da descarbonização. Mas, essencialmente, esses investimentos são privados. Então, o setor privado, ele se enxerga nesse plano, olha que São Paulo tem um planejamento, que tem um norte, que tem um caminho para perseguir. Então, isso aqui traz segurança jurídica, traz previsibilidade, traz esses investimentos e a gente consegue avançar junto. Um exemplo de política pública que eu queria trazer recente aqui é a aprovação do Projeto de Lei de proposta do Executivo para isentar IPVA de veículos pesados, movidos a gás natural veicular, que inclui os caminhões e inclui também os ônibus. Nesse sentido, a gente estimula a substituição de ônibus e caminhões movidos a óleo diesel, que emite mais do que o gás natural, e aí eu estou falando de oito, dez átomos de carbono, contra um átomo de carbono do gás natural, sem contar da questão dos materiais particulados também, que é muito preponderante no consumo do óleo diesel. Dessa trajetória, olhando para o Estado de São Paulo, em que a gente tem a biomassa como um dos energéticos renováveis e importantes no Estado, nessa transição energética, o gás natural, que já tem escala, que já tem uma consolidação que já é

amplamente usada nos equipamentos, ele pode ser substituído pelo biometano, que é exatamente a mesma molécula do gás natural, o gás natural é o metano, CH₄, o biometano também é um metano, CH₄, a diferença é que o gás natural é de origem fóssil, é o biometano é de origem renovável. Então, a gente faz, de fato, uma trajetória, a gente faz, de fato, uma transição energética que não é um botão on/off, a gente não consegue cortar os combustíveis fósseis da noite para o dia e nem em nenhum outro estudo a gente vai encontrar isso. A sociedade tem uma demanda por energia, e aí se eu pudesse empilhar esta demanda por energia, que são as necessidades que a gente precisa para conectar os nossos computadores, os celulares, para ligar esse monitor aqui, para cozinhar, para mover os veículos, eu preciso de uma demanda de energia, a sociedade precisa disso para ter qualidade de vida. E aí, para esta demanda de energia, começa a empilhar aqui toda fonte renovável, eólica, solar, biomassa, e aí eu não consigo preencher toda a demanda de energia. E aí vem quem? Vem os combustíveis fósseis para dar essa segurança energética que essa sociedade precisa. Então, no longo prazo, a demanda por energia da sociedade aumenta, eu vou aumentando cada vez mais essa demanda, e o nosso trabalho de mitigação envolve eficiência energética e alteração da produção e uso do consumo de energia, então, para o mesmo serviço energético, eu vou consumindo cada vez menos energia, mas eu tenho um crescimento vegetativo da população, então esta demanda, essa necessidade por energia da sociedade, vai cada vez mais aumentando e eu preciso ir atendendo isto com essas energias renováveis, que elas têm um limite, e aí eu preciso dar segurança, porque a energia tem que ser limpa, ela tem que ser acessível e ela tem que ser segura. Então eu tenho que, dentro do contexto das mudanças climáticas, atender isso. Se, por hipótese, hoje eu definisse uma política pública que fosse proibido usar petróleo e gás natural no Estado de São Paulo, o que aconteceria? A população ficaria sem energia para atender às suas demandas diárias. Então, por isso que a gente precisa, de fato, de uma transição energética, de uma coisa planejada, buscando essa neutralidade de carbono. Então, essa aqui é a trajetória da mitigação que está no Plano de Ação Climática, então, o Plano Estadual de Energia totalmente alinhado com o Plano de Ação Climática, em que a gente tem o cenário de referência, que é o que acontece se nós não fizéssemos nada. Então atingiríamos o total de 213 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. E com os esforços de mitigação, ela alcança esse total de 45 milhões de toneladas de CO₂ equivalente a 2050, com a contribuição também do setor de energia, que é o foco que a gente vai dar aqui agora. Então, essas emissões totais do setor de energia, vejam bem o cenário de referência é o azul escuro, em que as emissões crescem se eu não fizer nada, se eu não tomar nenhuma medida, nenhuma ação. E com os esforços de mitigação, eu tenho uma redução de 18% em relação ao que a gente emite em 2024. Então, essa é a trajetória e o esforço nos próximos dez anos que a gente tem que fazer para manter aquele caminho para 2050 de neutralidade de carbono. E a gente vai trazer aqui, vai falar aqui um pouquinho de uma das principais estratégias de mitigação de gases de efeito estufa que estão aqui no plano, que é o biometano. Então eu falei lá do perfil de emissões de gases de efeito estufa e eu queria comentar também o perfil na matriz energética do Estado de São Paulo. Em termos de oferta primária de energia, o Brasil tem uma média de 48%, 50% de participação de renováveis, enquanto o Estado de São Paulo tem uma participação de 60% de renováveis. Se a gente olhar para a média dos países desenvolvidos, a participação de renováveis é de 14%, 15%, o que significa que se o Brasil está onde esses países querem estar daqui a 20 anos, São Paulo está bem adiante. Então, isso só reforça o nosso desafio de tornar uma matriz energética, que já é renovável, cada vez mais renovável. Então, isso nos dá um conforto para fazer isso de forma segura, fazer de forma competente, de forma responsável. A gente pode fazer essa transição sem abrir mão da energia segura, limpa e

acessível para a população, porque essa transição tem um custo e a gente tem que olhar para a questão da justiça climática. Essa energia, ela não pode ser insuportável para a população. A gente tem que fazer essa transição de forma que ela seja acessível também. E em termos de matriz energética, quando eu falo só de eletricidade, enquanto o país tem 85% de participação de renováveis, o Estado de São Paulo já tem quase 100%. Isso é puxado por participação de energia hidráulica, por participação da biomassa e por participação de energia solar. Então, esse é o nosso perfil. E aí, dado isso, eu vou começar aqui então falar do biometano. O biometano é obtido a partir da purificação do biogás, que é um produto da gestão anaeróbica de uma matéria orgânica. Que matéria orgânica pode ser essa matéria orgânica pode vir de aterros sanitários, dos resíduos sólidos urbanos, pode vir do setor sucroenergético. O Estado de São Paulo é o maior produtor de etanol do Brasil, produz mais da metade de tudo que a gente produz no país. E esse setor energético, que produz o etanol a partir da cana de açúcar, essa cana gera a biomassa para gerar a eletricidade que eu falei para vocês aqui. E esse sistema, esse ecossistema da produção de etanol e açúcar, que já entrega o etanol para descarbonizar o nosso setor de transportes, ele entrega a eletricidade para descarbonizar a matriz elétrica e também pode descarbonizar o setor de transportes por meio do biometano. O biogás, então, que é gerado para a produção dessa bioeletricidade que eu falei, sendo purificado, ele chega ao biometano, que é a molécula que eu falei aqui de metano, CH_4 , que é exatamente igual a molécula de metano do gás natural. Então todos os equipamentos, fogões, turbinas, caminhões, ônibus, que hoje são movidos a gás natural, sem qualquer esforço, pode ser movido também a biometano. E aí, é nisso que se baseia a nossa trajetória, o nosso caminho. Então, aqui são alguns exemplos de matéria orgânica, de dejetos animais, exemplos de resíduos da agroindústria, aqui o suco de laranja, essa foto do meio aqui são torta de filtro do processo sucroenergético. Você prensa a cana, e aí tira o suco para produzir o etanol e açúcar. Essa parte prensada é a torta de filtro que a gente chama, ali no final é a vinhaça, que é um subproduto, e que já deu muito trabalho para o pessoal da CETESB, a vinhaça. O mercado, a indústria já encontrou uma maneira de ir para além do uso dessa vinhaça, que tem um limite, lá na parte da agricultura, essa vinhaça pode ser processada para produzir o biogás, ser purificado e ser obtido biometano. Então, além de transição energética, o biometano também é economia circular na veia, e isso é tão importante para o estado de São Paulo devido ao seu potencial. O potencial que a gente estudou, em parceria com a Fiesp e seus associados, a gente mapeou um potencial de 6,4 milhões de metros cúbicos por dia de biometano no estado de São Paulo de forma conservadora. Só se eu contar toda a torta de filtro que está ali no meio e a vinhaça, e mais o que está disponível em aterro sanitário. 6,4 milhões de metros cúbicos por dia significa metade de todo o consumo de gás natural do Estado de São Paulo. Então, eu posso substituir gás natural e eu posso atender a nova energia que será consumida. Como eu falei, a população cresce, a demanda por consumo de energia cresce, então eu tenho esse potencial de forma conservadora e eu vou mostrar aqui como é que a gente está avançando nesses números. Aqui são os resíduos humanos, que eu já falei, plantas, mostrando o aproveitamento energético do biogás. O biogás passa por esse processo de purificação, você separa os as impurezas e separa só o metano, CH_4 , para ter o biometano, segundo a especificação da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que é responsável por especificar esse produto. Então, uma vez especificado o biometano, segundo essas normas, ele pode ser usado em qualquer processo que usa gás natural. Mostrando aqui o que a gente tem hoje no Estado de São Paulo em termos de capacidade instalada de produção de biometano e quais são as projeções. Então, a gente já tem cerca de 500 mil metros cúbicos por dia, daqueles 6,4 milhões que eu falei de potencial, já de capacidade

instalada, plantas autorizadas, aproximadamente metade, um pouco mais do setor sucroenergético e outras fontes agrícolas. E a outra metade de resíduos urbanos, que é a faixa azul que está aqui no gráfico da esquerda, a gente mostra de São Paulo. Aqui eu estou comparando São Paulo com outros estados. Então, São Paulo, que tem a maior capacidade instalada, seguido do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e por aí vai. E até 2027 a gente já tem em andamento plantas em processo de autorização na ANP, que leva a nossa capacidade instalada para ordem de 1 milhão de metros por dia. Então a gente já fica com 1 milhão, daqueles 6,4 que a gente falou agora, e com perspectivas de aumentar cada vez mais. Aqui não está, mas a gente também tem plantas com pedidos de licenciamento ambiental na CETESB e a gente vai agregar esses números para a gente também ter essa informação do ponto de vista do licenciamento ambiental. Então, para vocês terem ideia dos portes das plantas de biometano, isso são as infraestruturas industriais. Esses investimentos são da ordem de 200 a 300 milhões de reais para esse porte de 200 mil metros cúbicos por dia, 300 mil metros cúbicos por dia. E aqui eu trago um pouquinho do que a gente tem feito, que é uma agenda a várias mãos, não é uma agenda que a gente faz sozinha, é uma agenda que conta com a participação de outras secretarias de Estado e suas vinculadas. Eu começo falando aqui sobre a resolução conjunta da SEMIL, a Secretaria de Agricultura, em que, com a parceria da CETESB, foram propostas diretrizes para elaboração de normas de procedimentos ao licenciamento ambiental, de empreendimentos de biogás e biometano. E com isso aqui a gente trouxe previsibilidade para o mercado. O mercado já sabe quais são os documentos que têm que ser apresentados, qual é o tempo que vai levar dentro do órgão ambiental. Então, isso estimula esses investimentos, por isso que acelera tanto a implantação dessas instalações industriais. Essa é a Lei 18065, que eu falei com vocês. Esses dois veículos, o de cima é um caminhão movido a gás natural veicular. Gás natural veicular, pela definição do órgão regulador, é gás natural e o biometano em qualquer proporção. Então esse caminhoneiro, essa empresa que está usando esse caminhão a gás natural veicular, pode parar em qualquer posto e abastecer com gás natural, pode abastecer com o biometano, uma mistura de qualquer um desses dois combustíveis. O ônibus a biometano também, da mesma forma, gás natural e o biometano. Isso é muito importante para a gente poder avançar na transição energética, porque o gás natural já tem escala e o biometano está começando, então, quando a gente trabalha de fato na transição energética, a gente consegue estimular, promover a penetração do biometano cada vez mais na nossa matriz energética paulista. Essas são as projeções que a gente trabalha em termos de evolução da frota de veículos pesados por combustível até 2050. Isso está na estratégia do Plano Estadual de Energia. Então, vejam, em preto é a participação dos ônibus, caminhões a diesel, em azul, elétrico, em rosa, o gás natural veicular, e a vermelha é hidrogênio. Mas hidrogênio? Sim, hidrogênio, porque, como eu falei, é uma transição energética. Então a gente está trabalhando no hidrogênio, buscando o quê? Buscando a redução de custos da tecnologia, buscando ampliar a participação também desta fonte na nossa matriz. O hidrogênio é um importante energético que pode ser utilizado também na descarbonização do transporte, que, como eu falei lá no início, é o que importa para o Estado de São Paulo, descarbonizar o setor de transportes, descarbonizar o setor de energia. Aqui em relação ao hidrogênio, vale a pena comentar que o Estado de São Paulo estimulou a criação de um Centro de Ciência para Desenvolvimento por meio da FAPESP para hidrogênio. Isso foi feito em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. A gente já tem esse centro rodando lá no IPT desde 2024. Isso avançou tanto que esse ano foi inaugurado o laboratório de hidrogênio lá no IPT, dentro desse Centro de Ciência para o Desenvolvimento. Isso significa muito, porque ali vão ser desenvolvidas as soluções para a indústria, as soluções para o setor de transporte, para poder usar esse

hidrogênio que a gente está olhando lá no longo prazo. Então, essas decisões, esse avanço da pesquisa, desenvolvimento e inovação que a gente estimula agora, essas decisões que a gente toma agora é para que isso avance lá para frente, porque a gente está falando de 2050. E o que está no curto prazo, entrando é o biometano. Observem que a gente não consegue abrir mão do óleo diesel, mas a gente consegue diminuir a participação do óleo diesel. Então, não existe solução de ou, ou, ou. A nossa solução é sempre de e, e, e. Por quê? Porque eu preciso dar segurança energética, eu preciso trazer a energia limpa e eu preciso trazer energia acessível. Sem esses três pilares juntos, a gente não caminha numa justiça climática, porque essa transição tem um custo e a gente não pode impor esse custo para a população. Então a gente faz isso, como eu falei, com rigor técnico, com responsabilidade e olhando que a gente tem que olhar lá no final, para quem está no centro da solução, é a população. A gente tem que buscar a melhoria da qualidade de vida da população, bem estar social, e a população precisa de energia. Aqui é onde estão espalhadas as 180 plantas que nós prospectamos, que irão produzir esses 6,4 milhões de metros cúbicos por dia de biometano no estado de São Paulo, pelo menos. Ali em vermelho, isso é muito interessante, a linha vermelha mais grossa que corta o estado de São Paulo na perpendicular, são os pipelines, são os gasodutos de transporte de gás natural que passam por todo o país. O que está em verde são os gasodutos de gás natural das nossas distribuidoras de gás natural. Nós temos três distribuidoras. O Estado de São Paulo é dividido em três áreas de concessão e as linhas tracejadas e as linhas amarelas significam a expansão de rede de gasodutos que a gente entende que são necessárias. Para o quê? Para conectar essas plantas que vão produzir biometano com o mercado. Quem é o mercado? São os consumidores. Quem são os consumidores? São as indústrias, são as garagens que vão substituir os seus veículos a diesel por veículos elétricos, e por veículos a gás natural veicular, que precisam receber tanto gás natural quanto biometano. Dentro desses gasodutos podem ser misturados gás natural e biometano sem problema nenhum. E isso que é a importância dessa estratégia, porque a gente consegue fazer isso, essa transição energética de maneira efetiva. Essa parte de gasodutos, dentro das nossas concessionárias, é de competência do Estado. Então, a gente conta com a Arsesp, que é o órgão regulador, para estabelecer essas regras. Agora, nesse momento, enquanto a gente está aqui, eles estão analisando as contribuições. A consulta pública das regras que serão estabelecidas para interconexão dessas plantas com o nosso sistema. Esse é um aplicativo que foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para conectar os diversos atores do ecossistema de biometano, potenciais produtores, produtores, consumidores, distribuidores, transportadores, comercializadores, consultores, enfim, todas as empresas envolvidas nesse mercado de biometano para estimular a elaboração de projetos, desenvolvimento de projetos, realização de negócios, para que a gente tenha cada vez mais biometano no Estado de São Paulo. A gente também conta e está contando, e continua contando com parcerias internacionais. A gente pretende iniciar o estudo agora com o governo sueco, para avaliar quanto custa essa infraestrutura nova que a gente precisa expandir, quais são os meios de financiamento de bancos multilaterais, quais são os melhores caminhos e também olhar para o digestato, que é um subproduto da produção de biometano, que pode ser aproveitado no nosso agro. Para quê? Para substituir os nossos fertilizantes a base fóssil. Bom, passando aqui para a conclusão da apresentação, isso é um exemplo de um biodigestor que temos aqui na USP, que é um modelo muito importante para viabilizar a redução de custos logísticos, maior aproveitamento. Então, a gente tem aqui, de novo, o pilar da pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem o qual a gente não avança nesse planejamento. A gente olha para a questão regulatória, a gente olha para a questão do mercado, a gente olha também para pesquisa,

desenvolvimento e inovação. Bom, finalizo aqui a minha apresentação, agradecendo uma vez mais pelo convite aqui a Subsecretaria de Energia e Mineração, e agradecendo a secretária Natália por todo apoio em todas as nossas políticas públicas aqui do Estado, que vem avançando cada vez mais no sentido de a gente entregar o melhor para a nossa população, para o mercado e trazer desenvolvimento econômico, não de forma concentrada, mas distribuída em todo o Estado, olhando para os pequenos, médios e grandes municípios também. Muito obrigada, devolvo a palavra.

02:32:24 Naiana Lanza: Obrigada, Marisa. Sempre uma aula ouvir o pessoal da Energia e Mineração, que é um tema novo para mim. Muito obrigada. Bom, vamos abrir a palavra para os conselheiros que quiserem se manifestar. Aqui, Crepaldi, Manara, Leduc, Henrique. Então aqui no plenário, só para ver se eu não esqueci ninguém, Crepaldi, Manara, Leduc e o Henrique. Online, temos o Paulo Nelson do Rêgo também. Então, Crepaldi, por favor, pode iniciar.

02:33:04 Ricardo Crepaldi: Secretária Natália, obrigado. Essa pauta, eu também pedi, e obrigado por ter colocado isso no item. É muito importante para nós. Entendemos que só a casa aqui para a gente relevar alguns pontos e entender melhor. É uma batalha muito grande, principalmente no setor de saneamento. A gente sabe como a gente perde biogás. Subsecretária Marisa, a dúvida sobre o tema é a questão do alinhamento com o PAC 20-50. O PAC 20-50, o Plano de Ação Climática, do Governo do Estado, foi colocado alguns pontos, inclusive, que toda a geração de gás, foi até uma questão de pontuação, até da própria associação da ABES, que isso afeta as Estações de Tratamento, principalmente, toda a geração de gás do anaeróbico ele tenha que ser recolhido, então está lá, no plano até 2050. Isso a gente inclui até lagoas de tratamento, que a gente tem muito isso no nosso interior do Estado, da dificuldade de fazer isso. Mas é uma meta, vamos trabalhar na meta. Então, se esse potencial que nós temos, de toda a parte de resíduos, e também olhando pelo PAC 20-50, que também a gente coloca que não vamos licenciar mais aterro sanitário a partir de 2050, a geração de gás do lixo também não vamos ter. Então, é um ponto, se isso, dentro do grande projeto do 20-50, também se ele está sendo considerado, porque a gente tem vários pontos que são conflitantes, que são de preocupação, de grande trabalho, como por exemplo, a gente está, desde 2018, com o biogás sendo gerado na Sabesp de Franca, e nós estamos queimando ele, jogando ele fora, grande parte, só absorvendo alguns carros, alguns carros que está lá e a gente não tem. Então assim, a gente tem um problema de infraestrutura que tem que ser colocado, isso é uma nova forma da gente estar olhando, a solução sempre vai ser multidisciplinar, vão ter vários tipos de energia para que a gente suporte a falta de energia que a gente vai ter nos próximos anos. Então, se tudo isso está linkado realmente, por que não ficou muito claro, principalmente com relação ao PAC 20-50.

02:35:30 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Marisa, você quer ir respondendo ou quer que faça um pacote para todo mundo?

02:35:36 Marisa Maia de Barros: Pode deixar que eu respondo. Eu não sei se eu entendi muito bem a pergunta, mas eu vou falar. Vou pedir ajuda para o Cristiano também para complementar. Esse potencial que a gente fez de 6,4 milhões de metros cúbicos por dia, foi considerando os aterros existentes e a vida útil desses aterros. Então, é o que a gente tem de potencial curto, 6,4 milhões de metros cúbicos por dia. E a gente tem no estado de São Paulo o nosso programa Entrega resíduos, e ali tem quais são as modelagens, quais serão

as destinações desses resíduos sólidos urbanos dentro da política pública. Então, aqui não foi objetivo dizer que o Estado vai fazer aterro para produzir biogás, não é isso. Dos aterros que existem, a gente tem um potencial de biogás e que, dependendo da avaliação técnica, econômica do projeto, isso tem sim o potencial de entregar o biometano, como é o que está acontecendo ali, que a gente já viu, com quase 300 mil metros cúbicos por dia de biometano, a parte de aterro sanitário, e outros 500 até 2027. Eu não sei se eu respondi bem a pergunta, mas eu entendo que está alinhado, sim, ao Plano de Ação Climática com o Plano Estadual de Energia. O biogás pode ser usado para a geração de eletricidade, como ele pode ser purificado para o biometano. E, como eu disse também, esses investimentos são investimentos de livre iniciativa, depende da viabilidade técnica e econômica. Então, são essas variáveis que são colocadas em que eu tenho possibilidade de desenvolvimento de diferentes modelos de negócio. Então, não existe uma solução única, não existe uma bala de prata para dizer que todos os aterros sanitários vão produzir biometano, ou que todas as plantas de produção de etanol e açúcar vão produzir biometano. Então, existe uma combinação de parâmetros que vão resultar nessas variáveis e numa função objetiva ótima que vai dar uma solução do que vai estar para biometano, o que vai estar para o biogás. Não sei se o Cristiano quer complementar.

02:38:07 Natália Resende: Vou só falar rapidinho, porque eu acho que vale, Crepaldi, dar uma olhada depois no plano em si, porque o plano é bem robusto, ele está totalmente alinhado à estratégia climática, não só do PAC, mas a gente teve um cuidado muito grande em fazer esse alinhamento, essa interação com a estratégia climática. Claro, está mais focado com mitigação, mas ele tem lá vários eixos, infraestrutura, regulação, meio ambiente, social, o que a gente precisava destravar de gargalo olhando o curto, médio, longo prazo, aí também, considerando o que a gente vai fazer o decenal agora, que é mais curto, despacho de estratégico, tático e operacional, com as várias rotas e tecnologias que a gente tem aqui de potencialidade no Estado de São Paulo. Então a gente foi analisando tudo, tudo e olhando os perfis que se diferem um pouco, como a Marisa mostrou do âmbito nacional, então transportes, que é uma coisa que a gente tem vinculado muito ao Plano de Energia, seja pelo biometano, seja as travessias que nos próximos sete anos, 41 balsas vão ser elétricas. Então, a gente foi analisando tudo, e por que? Porque a gente tem diversas possibilidades e tem as nossas vocações. O biometano, que foi o foco aqui mais hoje, ele é um deles. É grande? Gigantesco o potencial que a gente tem, gigantesco, e eu acho que a gente está seguindo um ótimo caminho, um ótimo mesmo. Não tem ninguém no Brasil fazendo isso que a gente está fazendo. Tem a melhorar sempre. Agora, acho que é uma coisa que a gente tem que olhar as particularidades de cada setor. Se a gente for olhar saneamento, por que a Sabesp não explorava tanto? Ela abastece 40 carros lá em Franca pela geração do biogás, o biometano, enfim, coloca nos veículos lá, eu já fui lá ver. Porque não tinha estímulo contratual. Quando a gente fez um novo contrato na parte de receita acessória, a gente colocou a questão do Race to Energy. Então ajuda, por quê? Porque você está considerando também um aspecto regulatório que estimula a transição energética dentro de um contrato de saneamento. Então, agora ela tem mais estímulo para fazer isso, tanto que está em andamento em Barueri. Então assim, a gente está com 16 metros cúbicos por segundo, vai passar para 22 metros cúbicos, segundo, já é o maior da América Latina, vai ficar maior ainda com essa lógica do Race to Energy. Só um exemplo, além de outros que a gente está vendo também. Então, eu acho que vale muito depois, a gente deixou tudo no nosso site, eu acho que vale pegar o plano também, sabe? Porque ele é muito robusto, foi muito bem feito. A gente discutiu para caramba no Conselho de Política Energética, que a gente reativou, ele

estava parado completamente, até para ver o todo, sabe? Porque senão a gente ia passar o dia aqui, Marisa, falando, porque ele é bem interessante, compensa. Tem total alinhamento, isso eu não tenho dúvida.

02:41:01 Naiana Lanza: Seguimos, então, Manara, por favor.

02:41:07 Marcelo Manara: Agradecer a subsecretária Marisa, parabenizar pela apresentação detalhada. Aliás, a Marisa demonstra que é uma pessoa assim, profunda conhecedora do tema, passa muita segurança quando fala. Também lembrar, aqui parabenizar a SEMIL, em setembro de 25, o lançamento lá em Presidente Prudente, de uma rede, a primeira rede encanada do Brasil. Então eu acho isso extremamente importante, porque é quando a dona Maria, o seu Zé vai receber esse modal de energia em casa e isso começa a se popularizar também, a gente atinge uma capilaridade de informação e isso é muito importante do ponto de vista da gestão dos municípios para com o tema. E aí, eu aproveito e cito algumas iniciativas de São José dos Campos, em que nós já estamos com uma geração, uma captação de metano, uma geração de 1,7 mega de biometano. Estamos agora com uma operação de um sandbox, com uma nova tecnologia chegando da Austrália, uma molecada sensacional, assim, um dos pesquisadores, o Lucas Gatti, é reconhecido como um dos dez jovens cientistas mais influentes do mundo e está com essa operação no sandbox lá, numa oportunidade nós podemos trazer para o conhecimento de todos aqui, em que eles monitoram com satélite, drone, todos os gases fugitivos para que a gente aumente a eficiência da captura, no sistema de captura no aterro, para aumentar essa energia. Também já estamos com uma operação, uma usina fotovoltaica, que já atende num blend, já atende 70% da energia dos próprios públicos do município de São José dos Campos, e está preparado para a conversão de toda a matriz do transporte público, com os 430 ônibus elétricos, que já estão começando agora a ser entregues. E também tem uma iniciativa do setor privado, eu vou aproveitar até aqui para pedir à CETESB, que está aguardando a licença da Ingá Energia, Mayla, que está aguardando a licença de instalação. Eu vou passar para você, mas da Operação, secretária, de 400 toneladas/dia, e foram eles que ganharam aquele certame da Sabesp para pegar as 100 toneladas/dia do lodo da Estação de Tratamento de Esgoto, junta com um blend de 300 toneladas das indústrias alimentícias em torno e vão produzir, até eu peguei na cola aqui, se não eu não vou saber, mas eles vão produzir 38 mil metros cúbicos/ hora de biometano e, adicionalmente, eles vão entregar um parque florestal para nós, por isso que é do nosso interesse, que nós vamos ganhar um parque florestal de 120 hectares na área periurbana da cidade. Então, é um desafio para os municípios, e eu pergunto, para encerrar, para a subsecretária Marisa: No plano estratégico, a gente vê que, como energia de transição, nós temos ainda o tema das termelétricas a gás. Vivenciamos uma discussão muito acalorada no Vale do Paraíba agora, não estou fazendo juízo de valor aqui, mas eu acho que precisa, secretária, subsecretária Marisa, precisa investir um pouco também em esclarecimento à população, porque isso assumiu uma demonização tal do negócio da termelétrica que, quando anunciou um debate, já coloca aquelas coisas, que chuva ácida e tal. Eu fui estudar o tema, eu fui para Macaé, eu fui estudar. Essas instalações operam em média 40, 50 dias por ano. Então, você contrata, numa planta dessa, muito mais a segurança energética do que a energia. Eu acho, como sugestão, que dentro da estratégia da energia de transição prevista no Plano Estadual Paulista, que faz parte a termelétrica a gás, que tenha mais investimentos em esclarecimento à população do que realmente é uma termelétrica a gás. Obrigado.

02:45:26 Naiana Lanza: Obrigada, Manara. Eu vou chamar o próximo conselheiro, e aí depois a Marisa faz um bloco de umas três manifestações. Por favor, Leduc.

02:45:36 Eduardo Leduc: Bom, em primeiro lugar, parabéns pela excelente apresentação. A gente fica contente e satisfeito de ver esse direcionamento sendo feito pelo Estado. O meu tema foi relacionado a biocombustível, biodiesel, uma vez que o nosso diesel já tem 15% de biodiesel, que já reduz também as emissões, é renovável, tem toda a questão do etanol. A minha pergunta é: por que eles não fazem parte desta transição energética ou se já estão considerados de alguma forma no diesel?

02:46:12 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o Henrique, e aí depois a gente passa para a Marisa fazer os comentários.

02:46:24 Henrique Kefalás: Bom dia a todos e todas. Agradeço pela apresentação, muito obrigado. Eu queria trazer uma percepção, são mais dúvidas, na verdade, para entender como que está se pensando esse processo nessa lógica do planejamento energético e, tendo esse componente tão intenso voltado ao biogás. O primeiro ponto, acho que é importante destacar a relevância de ter a apresentação de outras subsecretarias que estão dentro dessa estrutura da SEMIL. Eu acho que é algo que a gente precisa até pensar como promover mais, trazendo esses assuntos das outras subsecretarias para o nosso debate aqui no CONSEMA, é sempre importante evidenciar essas conexões que existem entre a questão do saneamento básico, da energia, das outras subsecretarias. E assim, para mim fica uma questão a respeito do como que está se pensando nesse processo do Race do Zero no estado, buscando o cálculo sobre os investimentos em infraestrutura, qualidade de vida e mobilidade urbana, etc, que vão atender as lacunas ainda. Ou seja, quando a gente pensa em uma energia não só para atender as demandas atuais que estão postas, mas as demandas para atendimento das lacunas, daquilo que, quando a gente fala da qualidade de vida, a gente pensa muito isso: o ar condicionado, o computador, etc. Mas aqueles que são de âmbito infraestrutural, então o investimento, o consumo energético para as grandes obras de infraestrutura, de mobilidade urbana, de processos de saneamento, etc. Então como é que tá se esse destacamento desse cálculo, essa aferição dessa necessidade energética frente a essas necessidades de infraestrutura. E a outra questão associada a isso é como a gente consegue dar uma abordagem também para aqueles sistemas off grid, vamos dizer assim, aqueles casos isolados de necessidade de abastecimento energético que a gente tem no estado e o incentivo para que essas medidas, como foi apresentado o biodigestor tem no IE, na USP, mas isso em pequena escala nos territórios, no âmbito de comunidades locais isoladas, que têm as suas demandas energéticas não supridas, porque parte justamente da construção de uma demanda não vindo dos territórios, mas uma demanda do que é possível entregar a esses territórios, e normalmente insuficiente a manutenção desses modos de vida no território. Então, gostaria de saber um pouco mais sobre essas duas perspectivas. Obrigado.

02:49:09 Naiana Lanza: Obrigada, Henrique. Vou passar para a Marisa, depois tem o Paulo Nelson online. Por favor, Marisa, só para não ficar muita coisa.

02:49:17 Marisa Maia de Barros: Qual era a primeira pergunta mesmo? Estou brincando. Sobre a termelétrica, de fato, eu acho que é um diálogo que a gente tem aberto aqui nesse conselho, lá no Conselho Estadual de Política Energética também, em outros fóruns de participação social ampla, que são os workshops que a gente programou para todas as fases

do planejamento energético, e também a consulta pública aos planos, mas eu acho que tem espaço sim para reforçar isso, porque a termelétrica pode ser a gás natural, ela pode ser a carvão, ela pode ser a óleo combustível, ela pode ser óleo diesel, e o que a gente está falando aqui são de termelétricas a gás natural. Eu estou comparando termelétrica movida a recursos energéticos com uma grande quantidade de carbono, de cadeia de carbono, vários átomos de carbono, com uma termelétrica a gás natural, que é um átomo de carbono. Para além disso, eu tenho os eixos do Plano do Planejamento Energético, que foram bem destacados pela secretária Natália, que é a tecnologia, que é a regulação, que é o próprio licenciamento ambiental. Então, a tecnologia avançou muito nos últimos 50 anos. A regulação é robusta, o licenciamento ambiental é robusto. Então, olhando para esta governança hoje, a gente consegue entregar de forma segura uma termelétrica a gás natural, que traz uma tecnologia com menor consumo de recursos naturais, menor consumo de água, com uma tecnologia que tem menos emissões, a gente tem um órgão ambiental super competente para dizer se aquele empreendimento está apto ou não para ser entregue à sociedade, cumprindo ali os seus requisitos de proteção ambiental e proteção da saúde das pessoas. Então, acho que de fato, realmente é um diálogo que a gente tem que investir nele, porque essa termelétrica, no final das contas, vai trazer a segurança energética sobre a qual eu falei lá na minha apresentação. A gente tem uma demanda por energia elétrica gigante, e com o advento de outras formas, de outros serviços energéticos, eu vou dar um exemplo que é muito importante, o Data Center. O Data Center que venceu o pilar da nossa economia do conhecimento, que além da transição energética, no meio do conhecimento é importante para a gente. Todos esses dados que a gente tem aqui, que vão servir de base científica para a elaboração das nossas políticas, dos planos, todo o desenvolvimento tecnológico precisa desses Data Centers e esses Data Centers são altamente consumidores de energia, são altamente consumidores de água, para quem não sabe. E aí vem um dilema de trabalhar num Plano Estadual de Energia em que você busca a eficiência energética, busca cada vez mais a matriz renovável e que tenha um boom de consumo de energia com a entrada desses Data Centers. Então, é preciso olhar o sistema energético de forma integrada, contando com todas as nossas fontes renováveis, no máximo disponível, e aí para complementar, para trazer segurança, essas termelétricas a gás natural são essenciais. O que significa a gente não usar essas termelétricas a gás natural? Significa não fornecer energia para a população. Como é que a gente vai deixar de fornecer energia? Então é uma equação que ela tem que ser montada e com certeza ela é montada com base em critérios técnicos, com responsabilidade. Ninguém vai colocar termelétrica a gás em todo e qualquer lugar, a qualquer custo, não é isso. É tudo feito de forma integrada. Só fazendo uma ressalva aqui, que esse planejamento centralizado é de competência da União, então existe planejamento energético feito na União. E aí, já puxando aqui para a pergunta do Henrique, então, como é que a gente planeja aqui? A gente olha para o nosso consumo de energia no Estado de São Paulo, considera todo o planejamento que é feito no nível federal, e aí a energia que a gente importa, porque de toda a energia que a gente precisa, a gente consegue produzir internamente no Estado, aproximadamente 45%, 55% a gente importa. Então a gente destaca isso que a gente traz do Sistema Interligado Nacional, e a gente tem planejado expandir de forma mais descentralizada, trazendo essa energia para próximo ao centro de carga, ou seja, próximo para o consumo, é assim que a gente olha no no estado. O biometano que a gente está mostrando ali, já numa linha de escala, para atender as indústrias, o setor de transporte, as pessoas por meio da rede integrada, mas eu acho que tem sim um espaço como praças para políticas para atendimento aos sistemas isolados. Isso já é feito a nível federal, por meio do planejamento energético, que é competência deles. Então, se vocês olharem recentemente,

Fernando de Noronha está sendo substituído óleo diesel por fontes renováveis, e aqui na mesma linha, a gente tem projetos isolados, mas acho que a gente pode avançar mais. E nesse sentido, a gente aprovou o Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Biogás e Biometano. Aquele biogás, aquela planta de biogás que a gente viu na USP, vai ser um modelo para a gente reproduzir isso em outros lugares do Estado. Então, por meio desse centro de ciência por desenvolvimento, a gente vai avançar nessa linha que você falou, olhando os sistemas isolados dentro do estado de São Paulo. É um trabalho que demanda tempo e a gente, com certeza, no médio e longo prazo, vai vendo os avanços desse planejamento que, como vocês viram, a gente está falando de dez anos, de 50 anos, e alguma coisa que a gente tem que fazer para a gente acompanhar ano a ano. Então, a ideia do plano tático é ano a ano, a gente retroalimentar o plano com a reavaliação das premissas, com que avançou na tecnologia, o que avançou na regulação, como caminhou o licenciamento ambiental, como avançou a oferta, fazer os ajustes da demanda, e aí a gente vai, ano a ano, olhando o plano tático, sempre olhando para os próximos dez anos, sem tirar o foco lá de 2050, que busca neutralidade de carbono. E aí, falando do biodiesel, o biodiesel está ali naquele empilhamento preto. Quando eu falo da frota do diesel, como a mistura do biodiesel é competência federal, a gente coloca aqui o que foi planejado no nível federal de introdução de biodiesel, que pode ser até 20%, considerando biodiesel e diesel verde no horizonte. E para etanol, por exemplo, a gente tem uma flexibilidade maior, porque o etanol, ele pode ser utilizado 100%. Aí, nesse sentido, todas as frotas de veículos leves do Estado, elas obrigatoriamente têm que ser abastecidas com etanol. Então, isso é uma política pública em que a gente estimula a participação de combustíveis renováveis no transporte. E aí a gente trabalha dessa forma, vendo as lacunas que o Estado pode desenvolver a política pública instrumento, e fazendo uso também do que já está definido no planejamento do nível nacional.

02:58:31 Naiana Lanza: Obrigada, subsecretária. Tem mais uma perguntinha aqui online. Paulo Nelson, por favor, peço a gentileza de ser objetivo na pergunta para a gente conseguir avançar para os comentários da secretária. Por favor, para o Nelson, pode falar.

02:58:45 Paulo Nelson: Eu vou tentar ser o mais objetivo possível. Nós vimos o Crepaldi falando do Impacto 20 e 50, e essa é uma coisa que me preocupa, a gente fala no final dos aterros sanitários. A gente não pode nunca esquecer que o aterro sanitário, depois de encerrado, ele fica de 20 a 50 anos emitindo biogás. Então, ele é uma fonte de produção de biogás que não se exaure com a atividade de hoje, o biogás o processo é durante muito tempo. Isso leva a uma outra reflexão que, para mim, é muito importante, que é a questão de o que é que a gente vai colocar no lugar do aterro sanitário. A gente defende os biodigestores, que sejam realmente a capacidade de absorverem toda a matéria orgânica que possam passar. Esses biodigestores, eu acho que estrategicamente, eles devem ser colocados nos lugares em que você já tem a produção do biometano hoje, os aterros sanitários seria um lugar privilegiado, que já tem uma rota de coleta e que isso vai ter que ser repensado. Então, trazendo esse panorama, porque, para mim é uma das preocupações mais importantes, e que eu acho que eu gostaria de ter o esclarecimento da subsecretária, com respeito à infraestrutura de coleta desse biogás, principalmente nos aterros sanitários e nos lugares que serão colocados os biometanos. Então, você criar redes que possam coletar esse gás e interligar no sistema, eles são de suma importância. Eu não vejo assim nas distribuidoras de gás, a gente lutou muito, por exemplo, no litoral, para tentar viabilizar a distribuição de gás no uso doméstico lá. A gente sabe que não foi porque não tem rede, a rede não está implantada,

a rede de distribuição não está implantada. O biometano vai, com certeza, ser um produto que não vai se exaurir em curto espaço, e tem que ser pensado a longo prazo, porque se nós não vamos usar ele exclusivamente para produção de energia, vamos usar ele para gás de cozinha e para outras atividades que o gás é essencial. Então, o resíduo que decorre, que gera esse biometano, ele tem que ser pensado, na minha visão, de uma forma estratégica, para que a gente possa pensar, desde já, onde vai colocar essas redes coletoras, para que elas possam viabilizar. Não podemos esquecer que hoje reciclagem de orgânico não passa de 4% do lixo. E nós temos aí um desafio até em 2050, de extirpar todos os aterros sanitários. No entanto, nós não temos nem perspectiva de mudança desse cenário. Então, outra questão que é fundamental e que a gente tem presenciado até um pouco mais a nível do Brasil, é a impossibilidade de distribuição de energia diante da rede que está posta hoje. Se a gente for crescer 5%, 6% ao ano, nós não temos energia para tudo isso, não temos estrutura de distribuição disso. Então, qual é o plano estratégico para aumentar essas redes distribuidoras para poder absorver todas as energias alternativas? Obrigado.

03:02:54 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Por favor, Marisa.

03:02:58 Marisa Maia de Barros: Bom, eu acho que a pergunta dele é mais em relação à questão dos aterros, eu vou falar em relação a produção de biogás e biometano, e aí eu passo para eventual complementação. A respeito dos aterros, quem, aí reforçando, esses investimentos de produção de biometano são investimentos de livre iniciativa. Então, são feitos estudos técnicos para avaliar o potencial de geração de biogás, considerando o tempo de vida útil do aterro e quanto mais tempo esse site vai ficar produzindo o biogás para ser purificado, projetar e produzir biometano. Então isso já é levado em consideração nessa avaliação técnica e econômica do projeto. E aí, o que vai ser feito depois? Aí também é decisão de quem está ali com aquele espaço e fazendo uso econômico daquele espaço. Para além disso, aí reforçando, a gente tem o programa Integra Resíduos, e aí cada projeto tem uma modelagem econômica, tem uma tecnologia que faz mais sentido, uma resposta às necessidades locais que faz mais sentido e que não tem um modelo único, uma solução única para todos os perfis de resíduos sólidos urbanos, que pode variar de acordo com a localidade. Não sei se gostaria de fazer alguma complementação e agradeço a pergunta.

03:04:47 Naiana Lanza: Obrigada, Marisa. Cristiano, gostaria de complementar?

03:04:52 Cristiano Kenji: De fato, como foi falado, todos os nossos programas, projetos, eles estão alinhados, buscando a redução de resíduos que vão ser destinados em aterros. Eu estava dando uma olhada aqui no Plano de Ação, no PAC 20 e 50, e assim, a gente tem diversas sub ações aqui, e assim, que está colocado como metas aqui é redução da quantidade de resíduos orgânicos enviados para aterros sanitários por conta do encaminhamento para o tratamento biológico. Então, é justamente isso, a gente está buscando tecnologias, rotas tecnológicas, lógico, dentro de cada especificidade, de cada região, para reduzir nessa fração orgânica, seja para compostagem, seja para digestão anaeróbia e recuperação de biometano. Então, acho que, de fato, assim, só reafirmando toda essa relação entre os programas, eles estão sendo seguidos.

03:05:58 Marisa Maia de Barros: Em relação à rede, o gás canalizado é uma competência do Estado, o Estado delega às concessionárias para fazer esse trabalho de levar o gás canalizado ao consumidor. Então, existe um plano dessa expansão de rede dentro de todo o

período de concessão, e de cinco em cinco anos tem um plano de negócios que mostra qual é a expansão que a concessionária vai fazer naquele intervalo de tempo. E aí, olhando para o litoral, a gente precisa ver direitinho o que acontece, onde que estão os direcionamentos dentro dessa região para a expansão desse gás canalizado, que inclusive pode ser um novo planejamento, olhando para toda a perspectiva de biometano que eu apresentei aqui. Registro aqui essa observação para a gente olhar o que está sendo considerado, e entender, e trazer aqui essa pontuação em relação à expansão do gás canalizado no litoral.

03:07:15 Naiana Lanza: Legal Marisa, muito obrigada. Então, aqui, agora, a secretária, ela quer fazer uns comentários. Por favor, Crepaldi, então aproveita, e faz um comentário enquanto isso, por gentileza.

03:07:35 Ricardo Crepaldi: Só colocar, eu acho que, de tudo que foi falado, a gente tem uma importância, inclusive, com a questão que o Manara falou, apesar de ser uma questão federal a termoeletrica, mas é uma questão de educação ambiental, ou seja, a gente participou, eu, a Mayla e o Bevilacqua, da última audiência pública lá no aterro de São Miguel, não era escopo daquela audiência mas a população se manifestava contra o incinerador, que não estava ali, seria uma outra etapa, porque o incinerador dá câncer, o incinerador dá não sei o quê. Então, foi há pouco e com grande participação de pessoas do ente público, que é emotivo aquele pessoal, ou seja, vereadores motivando a população. Então, ou seja, a informação chegando correta, a informação chegando correta na população minimiza esses problemas. Não era nem momento de discutir aquilo, mas o ponto era que o povo queria se manifestar, e foi deixado. Tanto é que aquela audiência pública teve mais de 05 horas. Então, a gente precisa saber uma forma de se comunicar mais com a população para que a gente, pelo menos, diminua esses problemas de não aceitação antes de saber alguma coisa. Oposição a gente sempre vai ter, não importa que tipo de governo a gente esteja trabalhando, mas o problema é a gente ter informação correta para a população. Obrigado.

03:09:02 Naiana Lanza: Obrigada, Crepaldi. Por favor, secretária.

03:09:05 Natália Resende: Eu concordo 100%. Todos os dias eu tento fazer isso na minha vida, passar informação e informação correta, até para isso, para ter sugestão, crítica. Mas desde que parta da premissa correta. Desculpa, eu estava vendo esse negócio de Ilhabela, que a gente está numa situação ruim lá, né? Mas enfim, estava aqui falando com o prefeito, só queria finalizar aqui, Naiana, indo até na sua linha, a Marisa é nossa grande professora aqui da parte de energia e a gente fica muito feliz. Eu falo enquanto servidora mesmo, de ver uma competência técnica tão grande, e eu aprendo muito também. E acho que vale o registro de que, quando a gente chegou aqui na Secretaria, a área de energia era muito tímida, muito tímida, até em questão de servidores, de equipe, de planejamento. E eu me lembro de ter conversado com a Marisa no início, de quando chamei a Marisa de servidora pública, também da EPE, né, Marisa? Tem doutorado, tem um monte de coisa, sabe de tudo dessa área. E eu falei, cara, a gente precisa fazer uma transformação nessa área em São Paulo, em planejamento, em ter, claro, dentro das nossas competências, porque tem muita competência federal no âmbito da energia, a grande competência é federal, mas a gente tem uma potencialidade em relação à energia limpa muito grande. E aí, Marisa, só queria deixar os parabéns porque vocês estão fazendo uma transformação no planejamento energético do Estado. Parabéns. Hoje a gente já tem uma equipe, a gente tem uma equipe e fico muito feliz também. Danilo, enfim, você está aqui representando mais de toda a equipe, porque faz muita

diferença a gente institucionalizar conhecimento, ter planejamento, que seja até 2050, algumas coisas demoram mais, mas precisam ser feitas. E eu acho que é muito isso do nosso plano, do Plano Decenal agora e da participação que a gente tem tentado fazer de forma muito articulada dentro da Secretaria. Então, muito mais para deixar aqui os parabéns, falar que a gente fica muito feliz de ter uma área hoje muito pujante de energia no Estado e aqui dentro da Secretaria. E aí, já concordando até do que você falou. Eu acho que de saneamento, recursos hídricos a gente traz muito. Acho que o que a gente poderia pensar no ano que vem, a gente vê a agenda aqui, é de trazer a pauta do PLI também, do Plano de Logística, que tem conversado muito com energia, tem conversado muito com o ZEE também, que a gente partiu do ZEE, partiu do inventário de emissões para poder planejar até 2050 também, tudo dentro da estratégia climática. Acho que poderia ser um bom início, sem prejuízo de outras. Estava aqui falando com a Naiana, até a Rebeca já foi embora, mas até da própria parte de dentro do meio ambiente, da fauna doméstica e dos programas mais estruturantes que a gente tem feito aqui, não só reativa, com emenda, emenda, emenda, mas também pró ativo, como é o caso do PRÓ PET, que a gente lançou na semana passada também, junto com o Município VerdeAzul, que a gente fez a premiação. Então, se vocês acharem que faz sentido, a gente traz também, né, Lúcia. A gente traz aqui, a gente coloca para para poder fazer, se vocês concordarem.

03:12:29 Marisa Maia de Barros: Eu acho que é importante ter falado do PLI, do Plano de Logística e Investimentos, que acaba respondendo o primeiro ponto que o Henrique colocou e eu acabei não endereçando. E lá a gente vai vendo o PLI, o Plano de Energia conversando com o Plano de Logística para essas infraestruturas de mobilidade, Henrique, que você perguntou aqui, desculpa eu não ter respondido, mas a secretária ajudou a lembrar, lá a gente vai ver, por exemplo, as balsas que ela citou, que elas estão indo de diesel para elétrico, a gente já considera aqui no consumo de energia que está diminuindo o consumo de diesel em função daquela eletrificação. A questão da eletromobilidade precisa de uma infraestrutura que já independe de uma infraestrutura de distribuição, que depende dos novos contratos de distribuição de energia elétrica que a gente vai ter aqui no Estado de São Paulo, entre 27 e 28, seja por prorrogação, seja por novos contratos. Mas, de qualquer forma, esses contratos são todos novos, já considerando a necessidade de resiliência da rede de distribuição de energia elétrica, já considerando a necessidade de trazer a conectividade, da inteligência na aquisição de energia elétrica pelo consumidor, então vários pontos que, o Estado fez? O Estado contribuiu com isso por meio da consulta pública. Então, aquele contrato de distribuição de energia elétrica que foi aprovado lá pelo órgão regulador federal e que vai ser implementado aqui também, nas distribuidoras do Estado, tem contribuição nossa, da SEMIL, e lá da Secretaria de Parcerias e Investimentos, por meio da Arsesp, que vai endereçar as necessidades dessa infraestrutura de mobilidade que a gente está colocando no Plano de Logística e Investimento, que conversa com o plano Estadual de Energia. Obrigada, secretária, era só para falar do Plano de Logística e Investimento.

03:14:24 Natália Resende: Muito bem colocado. E aí a gente traz aqui também, porque a gente está fazendo agora reuniões regionais para trazer mais contribuição, aí é bom que a gente passa o cronograma também para quem puder participar, eu acho que vale participar, porque a ideia é, até o final do ano que vem, a gente finalizar e a gente está fazendo junto com o BID. Então está sendo um projeto bem legal. E a Naiana me mandou dar tchau, que ela falou que eu fico falando muito, que a gente já tem que se despedir, certo, Naiana? E gente, só aqui agradecer mesmo, agradecer a participação de todos, dar os parabéns porque

o CONSEMA, não tenho dúvida em afirmar que é um dos principais colegiados do Brasil, de competência, de qualidade. E ele é assim pela história que tem e pelos conselheiros, pelos membros, por vocês. Agradecer nossa queridíssima Naiana, que tem aqui feito um trabalho maravilhoso também, estreou esse ano, estreou super bem, é nossa chefe aqui do tempo, está certa. E gente, desejar ótimas festas, um feliz natal, um ano novo maravilhoso. Ano que vem temos muito a fazer e faremos, não tenho dúvida também, porque a gente está junto e está junto aqui, de uma forma organizada, coordenada, harmônica, para a gente melhorar o nosso meio ambiente aqui no Estado de São Paulo. Parabéns, parabéns a vocês. Ótimas festas, contem aqui conosco. Um abraço. Vambora. Quem quiser ir para Salesópolis, estou indo. Fica aqui o convite, tá bom? Só vou comer uma marmitinha e vou.